

O REFERENCIAL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 155 | OUTUBRO – DEZEMBRO 2024

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este Suplemento *d'O Referencial* 155 acentua a força com que desejamos chegar aos nossos associados e outros leitores, publicando estudos e textos extra, que nos é impossível incluir na edição em papel. Nem por isso deixam de ter menos importância, sendo que normalmente é o tamanho que preside à sua passagem à edição online. A todos os colaboradores deixamos um agradecimento muito especial e um incentivo para a continuação do seu apoio. Bem hajam!

Este número d'O Referencial 155 online acolhe os seguintes textos:

1. No que respeita ao tema das comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril publicamos:
 - O discurso de Von Mik Josef, presidente da Câmara Municipal de Frankfurt, pronunciado durante as comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril que tiveram lugar na sede da respectiva Câmara;
 - A comunicação que a professora universitária Teresa Pinheiro apresentou na mesma cerimónia;
 - O discurso do presidente da Câmara Municipal de Nanterre, aquando da inauguração da placa que deu nome, naquela cidade, à Praça 25 de

Abril de 1974 (Place 25 avril 1974), em homenagem aos 50 anos do acontecimento.

- As palavras proferidas pelo representante da A25A nas comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril em Toronto, Nelson Santos.

2. No que respeita à sessão de evocação do 28 de Setembro feita na A25A, de que damos notícia na edição em papel, publicamos o texto completo do professor Francisco Bairrão Ruivo, que moderou a mesa então constituída.
3. No tema “História e Memórias” publicamos um estudo do historiador Reto Monico sobre a forma como a situação em Portugal foi analisada pelo jornalista italiano Sandro Viola, e publicada pelo seu jornal *La Stampa*, em 27 de Março de 1974.
4. Na sequência publicamos um texto de opinião sobre alguns eventos levados a efeito em Oeiras, na relação deste concelho com o 25 de Abril, da autoria de Manuel Barão da Cunha, dinamizador dessas iniciativas.
5. No capítulo das homenagens, recuperamos um texto do nosso sócio Santos Coelho sobre o nosso camarada Luís Macedo, falecido em 2020, figura importante do Movimento dos Capitães e das operações do 25 de Abril. Não podemos deixar de mencionar o belíssimo texto que o nosso sócio Menino Vargas ainda escreveu, a nosso pedido, em lembrança de Franco Charais.

Juntamos também uma nota sobre a homenagem prestada na Assembleia da República a Mário Soares, por ocasião das comemorações dos seus 100 anos de idade, cerimónia para que a A25A foi convidada.

6. A todos os colaboradores expressamos os nossos agradecimentos, pela sua disponibilidade e apoio. São sempre bem-vindos!

ABRIL 50 ANOS – ALEMANHA

O REFERENCIAL



FESTA DA LIBERDADE OUSAR MAIS DEMOCRACIA

Nas cerimónias de comemoração dos 50 Anos do 25 de Abril, em Frakfurt, Alemanha, o presidente da Câmara Municipal local dirigiu a todos os presentes palavras muito oportunas que aqui transcrevemos. Entre outras autoridades, como o Embaixador de Portugal, e o Cônsul-geral, esteve presente, em representação da A25A, o coronel António Delgado Fonseca, assim como muito público, entre alemães e portugueses (NR)

VON MIK JOSEF*



Presidente da Câmara de Frankfurt – Von Mik Josef

“1 – ESTÃO A CELEBRAR o aniversário da democracia em Portugal. Celebram-no numa cidade que também já foi o berço da Democracia. Foi aqui, em Frankfurt, que a Constituição da Paulskirche foi aprovada há 175 anos. Mas há uma coisa que distingue as duas. A Revolução dos Cravos portuguesa conduziu à liberdade e à democracia. Um Portugal democrático e livre que celebra orgulhosamente o seu 50.º aniversário.

A revolução, que a nossa Igreja de S. Paulo simboliza, não foi um sucesso duradouro. Na Igreja de S. Paulo, em Frankfurt, há 175 anos, os membros da Assembleia Nacional inventaram a democracia alemã – e voltaram a desperdiçá-la.

Confiaram demasiado nos monarcas. A democracia, como os membros da Igreja de S. Paulo tiveram de aprender numa amarga luta contra os antigos poderes, não é um dom divino. Perde-se, se não for imposta e defendida com unhas e dentes.

2 – Ambas as revoluções defenderam valores e direitos humanos, próximos histórica e ideologicamente. Estão unidas pelas ideias básicas de eleições livres, liberdade de imprensa e liberdade de expressão e direitos humanos inalienáveis. Estes direitos são universais e, infelizmente, estão a ser ameaçados em todo o mundo.

A Revolução dos Cravos, há 50 anos, foi um importante ponto de viragem na Europa. Foi um importante projeto europeu de liberdade e democracia, que trouxe a liberdade e a democracia a Portugal. Marcou o início da grande vaga de democratização na Europa: os coronéis gregos caíram em 1974, o ditador espanhol Franco morreu em 1975 e as ditaduras comunistas na Europa Central e Oriental caíram na década de 1980.

Já nessa altura era importante que não ficássemos indiferentes e apoiássemos a luta pela democracia e pela liberdade. Foi um estadista como Willy Brandt, foi a Internacional Socialista - quero sublinhar isto com todo o meu apartidarismo - que desempenharam aqui um papel decisivo.

Willy Brandt foi parteiro e defensor da jovem democracia portuguesa. "É difícil subestimar a importância de Brandt e do SPD na revolução portuguesa", diz Carlos Gaspar, politólogo da Universidade Nova de Lisboa.



Willy Brandt

3 – Uma revolução democrática durante a Guerra Fria, que se tornou um bom começo para um novo Portugal. Que conduziu a uma Espanha democrática. Poderá o espírito dessa revolução inspirar também uma nova força, confiança e entusiasmo pela liberdade e pela democracia na Europa de hoje? É isso que desejo para todos nós.

Todos sabemos que a nossa liberdade e a nossa democracia - não só, mas também na Alemanha - estão sob a pressão de conceitos políticos populistas e autoritários. A resposta a esta situação não pode ser menos democracia, mas sim "ousar mais democracia".

Tal como Willy Brandt disse uma vez, no início de uma era de modernização no nosso país, quando assumiu o cargo. Não se trata apenas de cumprir os processos formais da nossa democracia, por muito importantes que estes sejam. Trata-se de garantir que todos os cidadãos tenham o sentimento justo de fazer parte dos processos de tomada de decisão e, acima de tudo, do processo de procura da decisão na vida quotidiana.

O que importa é o que o cidadão ou a cidadã diz e não quem o diz. O melhor argumento deve ser o fator decisivo numa democracia funcional. Trata-se de uma nova cultura de participação, trata-se de dar mais vida à democracia.



Coronel António Delgado Fonseca representou a A25A

4 – Infelizmente, o racismo quotidiano e a discriminação estrutural ameaçam a vida de muitos dos que apoiam a nossa democracia. É por isso que nós, enquanto sociedade, devemos perguntar-nos:

- Porque é que não existe um direito de voto municipal para todos os habitantes de Frankfurt?
- Por que razão são tão poucas as pessoas com experiência de migração que se encontram nas Diretorias de gestão da administração e das empresas?
- Porque é que as oportunidades de participação e de ascensão estão distribuídas de forma tão injusta?

A resposta reside também no facto de invocarmos valores como a internacionalidade e a igualdade de oportunidades nos discursos, mas não os concretizarmos suficientemente na vida quotidiana.

Uma coisa é clara: se os cidadãos do nosso país estão a questionar a pertença à República Federal devido à sua origem, então é altura de resistência. Então não se trata mais de um debate político, mas sim da planificação de crimes perigosos e desumanos. É neste momento que uma democracia resistente tem de se defender. Por isso, apelo às autoridades policiais alemãs para que atuem com firmeza contra estes criminosos!

5 – Muitos trabalhadores que há muitas décadas eram chamados de "trabalhadores convidados" criaram raízes aqui em Frankfurt, constituíram famílias e são parte integrante e orgulhosa da nossa cidade.

A todos eles digo hoje: juntos, vamos impedir o regresso do nacionalismo étnico. Ninguém se deve deixar enganar e todos têm de o saber: Defenderemos a democracia e os direitos humanos contra os agitadores de direita, tal como o faremos contra os terroristas de direita.

Todos nós temos uma responsabilidade. Temos também a responsabilidade de exercer o nosso direito de voto: Por isso, por favor, vão todos votar nas eleições europeias! A Europa não é irrelevante, é o nosso futuro, o projeto de

paz mais bem-sucedido do mundo e, acima de tudo: a Europa democrática está em perigo. Vamos defendê-la.

Está nas nossas mãos, 50 anos após a revolta de um país corajoso, que é agora uma parte tão natural da nossa comunidade europeia. Tal como resume a canção da revolução: Grândola, vila morena:

"Grândola, vila morena

Terra da fraternidade

O povo é quem mais ordena

Dentro de ti, ó cidade".

Que isto nos dê unidade e esperança. Feliz 50.º aniversário para um Portugal livre e democrático.”

*** Presidente da Câmara Municipal de Frankfurt**



ABRIL 50 ANOS - ALEMANHA

O REFERENCIAL

COMO DEFENDER A LIBERDADE

Discurso pronunciado em Frankfurt, Alemanha, durante uma sessão das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, onde estive, em representação da A25A, o coronel Delgado Fonseca. Estiveram também presentes várias entidades, entre as quais o embaixador de Portugal e o presidente da Câmara de Frankfurt, que discursaram, e muitos portugueses e alemães (NR)



TERESA PINHEIRO*

“NAQUELA NOITE ESCURA e fria em que o coronel Fonseca estava prestes a mudar o país com outros militares, eu dormia em Lisboa o sono dos desprevenidos. Não fazia ideia do quanto as suas ações iriam mudar a minha vida.

Na altura, não sabia que o meu país era uma potência colonial anacrónica que explorava os habitantes dos territórios ultramarinos e mantinha os seus próprios cidadãos na pobreza.

Não sabia que a ditadura estava a pôr em risco a prosperidade e a integridade dos seus próprios cidadãos para obstinadamente continuar uma guerra já perdida.

Não sabia porque é que um tio coxeava e era atormentado por pesadelos, nem porque um outro tio tinha emigrado para Paris – ilegalmente, claro – para evitar o serviço militar em África, tendo obtido exílio político nesse país. Não sabia porque é que os vizinhos escondiam uma máquina de impressão *offset* debaixo da cama e porque é que a PIDE fazia buscas no apartamento.

Não sabia nada disto porque tinha dois anos.

Sou, assim, parte da primeira geração que não viveu a ditadura. E muito me apraz poder hoje agradecer ao coronel Fonseca, pessoalmente e em nome da minha geração e das gerações vindouras, a coragem que ele e os outros militares demonstraram há 50 anos para mudar o país.

Nós, os que só conhecem a democracia, também estamos em dívida para com outras pessoas. Porque também elas forjaram a democracia em que vivemos.

Estamos gratos, por exemplo, às mulheres e aos homens que impulsionaram já muito antes do 25 de abril as mudanças culturais e sociais que associamos à revolução.

- Estou a pensar nas mulheres que, contra todas as normas sociais e contra todas as probabilidades, exerceram uma atividade profissional, por vezes ilegalmente. Foram elas que, após o 25 de Abril, lutaram pelos direitos das mulheres.

- Estou a pensar nos resistentes que sacrificaram anos da sua juventude na luta contra a ditadura e o colonialismo e que acreditaram no projeto democrático.

- Estou a pensar nos emigrantes que tomaram o seu destino nas suas próprias mãos e emigraram para França, Luxemburgo e Alemanha. Queriam fugir ao serviço militar em África, mas também à pobreza num Estado que investia na guerra em vez de investir na educação e na saúde.

Ano após ano, estes concidadãos trouxeram um pedaço da Europa para Portugal. Mostraram que a pobreza e a opressão não são um destino, que há outros caminhos.

Este ano, celebramos não só os 50 anos da Revolução dos Cravos, mas também os 60 anos do acordo bilateral de recrutamento de trabalhadores portugueses na República Federal da Alemanha. Por isso, gostaria de prestar uma homenagem especial a estes pioneiros da democracia e do pensamento europeu.

- Estou também a pensar nos imigrantes de África. Logo após a independência, muitos vieram de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau para Portugal. Fugiam das guerras civis que se seguiram de imediato à guerra de libertação.

No Portugal pós-revolucionário, as condições em que foram recebidos eram extremamente precárias e agravaram os problemas sociais, nomeadamente devido às condições indignas de trabalho e de vida em que viviam. Muitos trabalhavam clandestinamente e com salários ainda mais baixos que os

portugueses, ajudando a transformar Portugal num Estado europeu moderno. São eles os grandes esquecidos do Portugal pós-revolucionário.

Por último, estamos igualmente gratos aos políticos dos últimos 50 anos – independentemente da sua orientação ideológica. Eles contribuíram para que Portugal tenha evoluído para uma democracia estável, em que os conflitos são resolvidos politicamente no Parlamento. Desde as primeiras eleições legislativas livres, a ordem democrática fundamental em Portugal não foi nunca abalada ou posta em causa.

Tempo de balanço

O 25 de Abril faz 50 anos! Motivo de orgulho, a idade ideal para fazer um balanço. E Portugal está em festa. Há celebrações por todo o lado. Há um programa oficial que se estende por quatro anos (2022 a 2026). Exposições, filmes, conferências, publicações, concertos e todo o tipo de projetos estão a inundar o país de cravos vermelhos, desde as grandes cidades até às mais remotas aldeias. É o momento de fazer uma pausa e olhar para trás: o que é que conseguimos nestes 50 anos? E sobretudo: será que alcançámos o que queríamos? Quais são os grandes desafios do presente para construir o futuro?

Permitam-me que desenvolva estas reflexões em diálogo com Sérgio Godinho. Sérgio Godinho foi um cantor de protesto e uma das vozes mais importantes do Portugal democrático.

No ano da Revolução dos Cravos, Godinho publicou a sua canção Liberdade. Nela canta: Só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação.

Na década de 1970, estas palavras tinham um significado diferente do que têm atualmente, mas continuam a ser relevantes. A comparação entre o passado e o presente dá-nos uma ideia das conquistas alcançadas nesses 50 anos, mas também dos desafios do presente.

Paz: Em 1974, paz significava literalmente paz, o fim da guerra colonial. Portugal era um país em guerra em três frentes com as colónias da época. O fim da guerra e a renúncia às colónias era a primeira condição para a democratização.

Mas a paz também significava paz social. Os dois primeiros anos após a revolução foram turbulentos, com manifestações diárias dos trabalhadores exigindo melhores condições de trabalho e de vida, ocupando terras e fábricas. Os grupos políticos travavam os seus conflitos nas ruas, não se descartava a eventualidade de uma guerra civil...

Pão: Em 1974, pão também significava literalmente pão, a luta contra a fome. Nos anos 70, 30% dos portugueses dependiam do rendimento agrícola, a economia estava estagnada, o Estado social era incipiente e os salários em atraso estavam na ordem do dia. As camadas mais pobres da população – e eram a maioria – viviam no limiar da pobreza ou na pobreza. Mesmo nas grandes cidades, onde havia eletricidade e água corrente, muitas famílias não conseguiam pagar as suas contas. Sim, tratava-se do pão de cada dia.

Saúde: Em 1974, não existia em Portugal um sistema público de saúde regulamentado. A taxa de mortalidade infantil de 115 por mil era uma das mais elevadas do mundo.

Educação: Em 1974, um quarto da população não sabia ler nem escrever. O trabalho infantil era a norma. Só muito poucos podiam estudar.

Em quase todos estes aspetos fundamentais que influenciam a prosperidade e a qualidade de vida, Portugal tinha o perfil de um país do terceiro mundo. Compreendemos agora o contexto das palavras de Godinho: só há liberdade quando se conquistam os direitos fundamentais.

A atualidade depois da Revolução

Qual é a situação atual de Portugal? O Portugal de hoje tem pouco a ver com o país do passado.

Pão: O pão já não é o pão de cada dia, a situação hoje é diferente da de 1974, os níveis de vida já não são comparáveis, há muito menos pessoas a passar fome ou a sofrer de subnutrição. No entanto, cerca de 12% da população ainda está em risco de pobreza. São estes 12% que, em tempos de crise como a de 2008, não conseguem pagar a sua habitação ou alimentação.

Saúde: Portugal dispõe atualmente de um sistema de saúde que funciona bem e com padrões elevados. A taxa de mortalidade infantil diminuiu enormemente nos últimos 50 anos e, com 0,3%, é atualmente ligeiramente inferior à da Alemanha, por exemplo. No entanto, existem também grandes desafios neste domínio. Os custos dos cuidados de saúde estão a aumentar, enquanto as taxas de natalidade diminuem constantemente e a sociedade está a envelhecer.

Educação: O contraste com o passado é também visível no sector da educação. Atualmente, o trabalho infantil e o analfabetismo são praticamente inexistentes em Portugal. Os desafios no sector da educação são completamente diferentes. Portugal forma muitos universitários que não são absorvidos pelo mercado de trabalho. O resultado: fuga de cérebros ou insatisfação dos jovens licenciados que têm de viver com os pais durante muito tempo até poderem comprar um apartamento próprio.

Habitação: E isso leva-nos ao talvez maior desafio dos nossos tempos. A habitação – nas palavras de Sérgio Godinho, também um pré-requisito para a liberdade.

A especulação imobiliária descontrolada está a expulsar as pessoas dos centros das cidades para a periferia. Com um salário mínimo de pouco mais de 700 euros – mas mesmo com salários melhores – os jovens dificilmente conseguem pagar um apartamento. O centro de Lisboa está em grande parte nas mãos de grandes investidores que transformam habitações em alojamentos turísticos. Isto põe em causa a paz social.

Paz: Porque a paz *strictu sensu* – enquanto ausência de guerra – é um acervo em Portugal. A sua manutenção depende pouco de Portugal, mas sim do contexto mundial e, portanto, dos seus principais aliados, a NATO e a UE.

E a paz social? Não há dúvida de que assistimos atualmente a uma tendência para a polarização do debate político e social em Portugal. Ainda há poucos anos, Portugal julgava-se imune ao populismo de direita. No entanto, o partido Chega saiu das eleições legislativas de março passado como o terceiro partido mais votado.

No entanto, o Chega não é tanto a expressão de um entendimento da democracia que está a desmoronar-se, como muitas vezes se supõe. É, sim, um ponto de confluência da insatisfação causada pela falta de perspetivas profissionais, a impossibilidade de comprar casa própria, que se reflete numa baixa taxa de natalidade, que por sua vez põe em risco a preservação de uma das mais importantes conquistas da revolução, o Estado social.

É de esperar que termine esta breve resenha com uma visão pessimista do futuro. Não é o caso. Portugal enfrenta atualmente enormes desafios. A desigualdade na distribuição da riqueza, a falta de habitação, um sistema de saúde que já não é comportável – para não falar da migração e das alterações climáticas...

Mas: Não são estes problemas que Portugal partilha com a Alemanha e o resto da Europa e, em certa medida, com o mundo? Seria um milagre se Portugal tivesse sido poupado aos desafios do presente graças a uma mudança de regime ocorrida há meio século. Só os países cuja população morre demasiado cedo por falta de cuidados de saúde são poupados ao envelhecimento da sociedade.



Portugal sofreu uma transformação nestes 50 anos que é motivo de orgulho e satisfação. Os desafios do presente são os desafios do presente. São grandes, não o nego. Mas Portugal está em condições de os enfrentar.

Estas condições, sim, foram criadas nos últimos 50 anos. Temos uma democracia consolidada, uma população que, na sua maioria, apenas conhece a democracia, mas que viveu nos anos de consolidação desta democracia. Esta consciência de que a democracia não existe por si só, mas tem de ser defendida de novo todos os dias, é talvez a mais importante conquista do 25 de abril – a base da estabilidade em tempos turbulentos.

O melhor sinal desta convicção democrática fundamental é que todos se queixam de tudo, mas ninguém tem saudades do 24 de abril de 1974.

Neste sentido: Viva o dia inicial e limpo, viva o 25 de abril!”

Frankfurt, 27-04-2024

*** Professora universitária na Alemanha**



ABRIL 50 ANOS - FRANÇA

O REFERENCIAL

“Place du 25 avril 1974”



Em 4 de maio de 2024, pelas 11h00, foi descerrada uma placa de inauguração da “Place du 25 avril 1974” (“Praça 25 de Abril de 1974”) em Nanterre, França, onde estiveram presentes as autoridades locais e o representante da Associação 25 de Abril (A25A), coronel António Delgado Fonseca (ao centro, na foto). O presidente da câmara de Nanterre (Maire) pronunciou as palavras que se seguem (traduzidas para português), depois dos habituais cumprimentos, e que publicamos com muito gosto e muito honrados (NR)

RAPHAEL ADAM*

“OBRIGADO A TODAS E A TODOS pela vossa presença, esta manhã, para inaugurar esta “Praça 25 de Abril de 1974”, que parece ser a primeira em França.

Obrigado ao coronel Delgado da Fonseca que comandou a marcha sobre o Porto, há exatamente 50 anos, depor estar hoje entre nós a partilhar a memória dessa jornada excecional em que jovens soldados, conduzidos por jovens oficiais, deitaram por terra, em poucas horas, e sem difusão de sangue, o que era então a mais velha ditadura da Europa.



Coronel Delgado da Fonseca com o presidente da Câmara Raphael Adam

Sim, é a si caro Capitão, que quero agradecer em primeiro lugar por ter aberto, com os seus camaradas do Movimento das Forças Armadas, nesse 25 de abril de 1974, uma era de liberdade, de democracia, e de conquistas sociais que viria a ter consequência muito para lá de Portugal, inclusivamente em Nanterre onde então viviam milhares de Portugueses.

Juntos, nós celebramos hoje um dia de liberdade que pôs fim a 13 anos de guerra colonial dando ao povo português o direito de falar e pensar livremente. O direito de escolher e de aprender. O direito de, simplesmente, viver em cidadania.

Há 50 anos, em 25 de Abril de 1974, por um golpe de estado militar que foi ao mesmo tempo uma revolução popular, fizeram cair, num tapete de cravos, o Estado novo: esse regime totalitário instalado por António de Oliveira Salazar, no início dos anos 30.

Ditadura que se afunda em menos de um dia, graças a si e a todos os seus camaradas, partindo na sua queda as cadeias que então entravavam os portugueses submersos na miséria e para muitos obrigados ao exílio.

Porque em 1974, havia 750 mil portugueses a viver em França, por terem fugido de Portugal, da miséria provocada por uma ditadura que consagrava mais de metade das riquezas do país ao envolvimento forçado nestas guerras coloniais e à repressão por uma polícia política que se abatia sobre quem quer que ousasse contestar um regime que não deixava lugar para nenhuma contestação, aplicando uma só divisa: Deus Pátria e Família.

Quando entrava na cidade do Porto, no momento em que outros capitães de abril tomavam Lisboa, muitas centenas de milhares tinham fugido à pobreza de um país que, nos anos de 1970, tinha os salários mais baixos da Europa e as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil as mais elevadas do continente.

Eram várias centenas de milhares que tinham fugido de desigualdades como as que levavam a que nos campos portugueses, em 1970, quase metade dos rendimentos agrícolas estavam na mão de 2% de proprietários dos terrenos agrícolas.

São também várias centenas de milhares a ter sido obrigados a fugir à tortura de uma polícia-secreta que não deixava ninguém dizer mal do seu chefe, reivindicar os seus direitos, se reunir em mais dum punhado, ler, escutar, pensar de qualquer outra forma que não a autorizada pelo regime.

São também várias centenas de milhares a fugir, igualmente, ao serviço militar obrigatório de quatro anos e das guerras coloniais lançadas no início dos anos 60, de que se pode imaginar traumatizem ainda hoje os jovens desse tempo, que terão sido forçados a matar outros jovens, homens, mulheres, crianças e velhos, bombardeando com Napalm aldeias inteiras, em nome de uma grandeza imaginária, duma grandeza imaginada pelos dirigentes de uma ditadura que durou mais de 40 anos.

Muitos desses milhares de portugueses encontraram um refúgio, aqui, em Nanterre, e muitos viviam neste sítio onde nos encontramos esta manhã, em abrigos de fortuna.

Reconhecimento aos portugueses

Às e aos que viveram aqui, aos seu filhos e netos, quero dizer esta manhã, que ninguém esquece o que o nosso país, Ile-de-France e Nanterre devem às portuguesas e portugueses que deixaram as suas terras natais e vieram instalar-se e trabalhar em França nesses anos sombrios.

A história da nossa cidade está profundamente ligada à do povo português, como o está aos povos de muitos outros países que, aqui, encontraram uma “Terra de Fraternidade”, para retomar as palavras da canção de José Afonso que, pouco depois da meia noite de 25 de Abril de 1974, lançou o sinal desta operação, justamente chamada “Viragem Histórica”, e que viria a ser a Revolução dos Cravos.

Se eles se sentiram rapidamente em sua casa em Nanterre é porque a nossa comuna já se reivindicava e continua a se reivindicar de ser uma cidade para todas e todos na construção da qual cada uma e cada um é encorajado a participar.

Mas também porque as associações como a ARCOP – que este ano celebra o seu 40.º aniversário – se empenharam seguidamente a transmitir e fazer viver as diferentes facetas de uma cultura solidária, que as gentes de Nanterre originárias de Portugal têm razão de se orgulhar.

Assim quero agradecer a todas e todos que contribuíram a criar esta associação, que pela sua vitalidade continua a fazer brilhar Nanterre e muito especialmente ao seu presidente, o nosso caro amigo Manuel Brito, de que todas e todos conhecem a sua dedicação.

Quero também saudar o meu amigo José Pinto cuja presença no Conselho Municipal é igualmente o prolongamento de uma dedicação forte no seio da ARCOP e da comunidade portuguesa de Nanterre.

Sei que para toda a comunidade portuguesa e para todas e todos habitantes de Nanterre defensores da liberdade dos povos, o 25 de Abril é uma data importante: é a recordação de um dia de liberdade que alimenta um cortejo de esperanças além-fronteiras, como o assegurava Georges Mustaki a cantar *“Aos que já não acreditam/ Ver cumprir-se seu ideal/ Diz-lhes que um cravo vermelho/ Floriu em Portugal”*.

Este 25 de Abril, para todos os defensores da liberdade dos povos, para todos os que lutam pela igualdade dos direitos e emancipação das mulheres e dos jovens, para todos os que acreditam na democracia, a queda da ditadura salazarista deixa pensar que, talvez, o tempo das ditaduras está finalmente terminado... Que talvez o colonialismo tenha vivido a sua última agonia...

No 25 de Abril, Nanterre vibrou em sintonia com a mudança da situação em Portugal e desenhava-se um projeto democrático e fraterno neste país do sul da Europa.

A Esperança

Porque, sim! A Revolução dos Cravos suscitou imensas esperanças, muito para lá das fronteiras de Portugal: pondo fim a anos de guerra colonial, ela levará não somente à independência das antigas colónias portuguesas e à liberdade dos povos da Guiné- Bissau, de Angola, de Cabo Verde, de Moçambique, de Timor e de São Tomé e Príncipe: arrastará igualmente com ela a queda das ditaduras espanhola e grega.

É para celebrar o aniversário dos 50 anos deste momento importante para a democracia na Europa e no mundo, que, por proposta de Patrick Jarry (*Maire honorário de Nanterre*) o nosso Conselho Municipal decidiu inscrever a memória desta revolução pacífica no espaço público, batizando com o nome deste dia de liberdade a praça pedonal deste futuro bairro de Groues.

É também a capacidade dos seres humanos em resistir ao terror, e a dar força para alimentar um projeto fraterno e solidário apesar da opressão, da injustiça e o horror das guerras, que entendemos celebrar inaugurando esta **Place 25 avril 1974**.

É ao envolvimento de jovens a favor da descolonização, e ao mesmo tempo pelo desenvolvimento e pela democracia do seu país que queremos saudar.

São aqueles meses de efervescência, de debates, de palavras libertas capazes de inventar, em paz, um outro mundo que nos propomos honrar, neste tempo perturbado, onde, da Ucrânia a Gaza, chuvas de bombas ensanguentam os nossos corações e nos indignam, tanto quanto os discursos racistas e

xenófobos que vemos ressurgir sobre todos os continentes, e incluindo o nosso país.

Porque estamos empenhados em transmitir e fazer viver todas as memórias de Nanterre para continuar a construir, em conjunto, uma cidade de todas as misturas, desejamos, com toda a equipe municipal, que esta Praça inspire às gentes de Nanterre um pouco dessa esperança que uniu Portugal naquele 25 de abril de 1974.



Coronel Delgado da Fonseca representou a A25A em Nanterre nas comemorações da Revolução

Como sabeis, o 50.º aniversário daquele dia de liberdade foi a oportunidade para a municipalidade propor uma rica programação para permitir a todas e a todos descobrir ou redescobrir a Revolução dos Cravos e o que ela trouxe a Portugal e ao mundo.

Esta quinta-feira, a livraria “EL Ghorba” acolheu o sociólogo Ugo Palheta, e ontem pudemos descobrir o filme “Capitães de Abril” no cinema “Lumières”, prestando homenagem aos jovens oficiais que arrancaram Portugal a um longo sono obscurantista.

Esta tarde, estais todas e todos convidados à “La Contemporaine” para assistir à conferência-debate do investigador Vítor Pereira que temos a sorte de acolher para nos falar das migrações portuguesas em França sob a ditadura de Salazar.

E esta tarde voltaremos a reencontrar-nos todas e todos em conjunto, na sala de congressos da Câmara Municipal, para encerrar estes três dias de celebração, de reflexão e de debate numa noite festiva organizada pela ARCOP (*Associação Recreativa e Cultural dos Originários de Portugal de Nanterre*).

Para concluir, permitam-me agradecer aos agentes municipais e a todos os parceiros empenhados na organização destes tempos essenciais de transmissão e de debate que contribuem para fornecer a todas e a todos as chaves da compreensão do nosso ambiente e das referências para continuarmos, juntos, a construir o futuro.

Obrigado, também aos jovens membros do grupo “OS CACHACEIROS” por nos terem acompanhado esta manhã, e à Matilde e seu irmão Dinis pelo poema que hoje quiseram partilhar connosco.

Obrigado igualmente à Senhora Cristina GOLDMAN e aos alunos do Liceu Joliot-Curie pela exposição que realizaram sobre a Revolução dos Cravos.

Por fim, obrigado a todas e a todos pela vossa presença.”

*** Presidente da Câmara de Nanterre**



ABRIL 50 ANOS - CANADÁ

O REFERENCIAL

FESTA DA LIBERDADE NA DIÁSPORA

Discurso do representante da Associação 25 de Abril nas comemorações da Revolução dos Cravos na cidade de Toronto (NR)



LUÍS NELSON FERREIRA DOS SANTOS*

“NA MADRUGADA DE 25 de ABRIL de 1974, um jovem Capitão de 29 anos, de nome Salgueiro Maia, reuniu os seus homens da Unidade Militar da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, e falou-lhes do estado a que Portugal chegara, e terminou dizendo: “militares, quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, dá um passo em frente. Quem não quiser vir comigo, fica aqui”.

Foram todos com o Capitão, sem exceção, mesmo sabendo que corriam riscos, incluindo o risco de não regressar com vida. Ao fim de algumas horas, caía um regime cansado da guerra e da falta de liberdade. E é por isso que aqui estamos hoje. Foram eles, os chamados filhos da madrugada, que partindo de Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz, de Vendas Novas rumaram a Lisboa, não em busca de cargos ou honrarias nem à procura de um lugar na História – e é justamente por isso que o merecem – mas porque não se conformaram com o País em que viviam.

Cinquenta anos se passaram desde que naquela madrugada do dia 25 de Abril de 1974 - um grupo de jovens militares fiéis à ideia tida e à palavra dada saíram dos quartéis para pôr fim a um regime opressor autoritário que reprimia as liberdades do povo português.

Capitão de Abril

Boa noite, minhas senhoras e meus senhores, caros concidadãos.

Não parece, mas sou um desses jovens militares, então com 24 anos e com o posto de Tenente que, fiel à palavra dada e ao compromisso que tinha assumido, saí da Unidade Militar onde prestava serviço em 24 de Abril de 1974 para ajudar a derrubar um poder perverso e colaborar na construção de um Portugal novo e muito diferente daquele que conhecia.

Agora, com 74 anos, e reformado, agradeço muito a oportunidade que me dão de retornar ao passado e recordar alguns daqueles momentos inolvidáveis que deram uma nova vida ao Portugal amordaçado e triste que conhecia e onde vivia.

Saúdo com muito afeto toda a comunidade lusa residente no Canadá e em particular aqueles que hoje quiseram associar-se à celebração deste

acontecimento marcante da história portuguesa, que foi a Revolução de Abril de 1974, acontecimento este onde tive a oportunidade e a felicidade de participar há 50 anos. Muito obrigado por me terem convidado para vossa casa e para junto desta próspera comunidade. O nosso reconhecimento, meu e da minha mulher, pela hospitalidade e simpatia com que nos acolheram. Bem hajam por isso.

Um cumprimento muito especial para os responsáveis pela organização e programação desta celebração, a Associação Cultural 25 de Abril, de Toronto, Núcleo Capitão Salgueiro Maia, que permite recordar aos mais velhos o golpe militar que mudou Portugal e fazer lembrar aos mais novos que o Portugal que conhecem hoje não era igual ao Portugal anterior ao 25 de Abril. Agradeço o que fazem em prol da manutenção e do fortalecimento da ligação de todos os emigrantes que vivem neste lindo e magnífico país à nossa mãe pátria, seja essa ligação apenas formal ou bem do fundo do coração. Em nome do nosso país o muito obrigado pelo vosso esforço e continuem a pugnar por assegurar esses laços de amizade e fraternidade transatlântica.

Como já ouviram, chamo-me Luís Nelson Santos, e tenho 74 anos de idade. Estou reformado e servi a instituição militar como oficial do quadro permanente (QP) do Exército durante 45 anos. No exercício desta profissão desempenhei, também, funções na GNR durante 12 anos, tendo terminado a minha carreira militar como tenente-general, comandante-geral desta força de segurança. Exerci funções em muitas unidades do Exército e da GNR, percorrendo o país de lés a lés, mas cumpri também missões além-fronteiras. Como comandante, em Itália, da EUROFOR, força europeia na tutela da União Europeia, e como comandante, na atual Macedónia do Norte, de uma força multinacional de manutenção da paz naquele país.

Para completar a informação a meu respeito direi que sou casado e resido na cidade do Porto e às vezes na cidade de Esposende.

Saudação amiga

Portugueses e luso descendentes canadianos. Caros concidadãos.

Nesta minha presença junto de vós em terras tão longínquas trago-vos uma saudação muito amiga dos portugueses que vivem do outro lado do Oceano Atlântico, seja dos continentais seja dos que habitam as lindas ilhas no meio do Oceano donde muitos de vós são originários ou descendentes.

Trago-vos, ainda, um abraço bem forte daqueles que aqui represento, os capitães de Abril, agora todos já reformados, mas sentindo sempre o orgulho da decisão que tomaram naquele ano longínquo de 1974. Pedem-me, também, para vos agradecer o facto de continuarem a recordar e a quererem celebrar aquele acontecimento já tão distante que mudou completamente os destinos de Portugal e no qual eles tiveram um papel determinante.

Trago-vos, ainda, uma saudade imensa do Portugal geográfico que vos viu partir, há muitos ou poucos anos, e que espera um dia ver-vos retornar com os descendentes para colaborar na reconstrução nacional e na recuperação económica e social do país, pois quem ajudou a construir uma nação tão moderna, rica e próspera como é o Canadá mais facilmente contribuirá para o desenvolvimento da sua própria mãe pátria.

Amigos. O nosso país, Portugal, está na moda. Milhões de nacionais de outros países visitam-nos anualmente, encantando-se com as paisagens verdejantes das nossas ilhas nos Açores e na Madeira ou com o deslumbrante Douro Vinhateiro e a solidão alentejana. As nossas praias de areia branca, noutras paragens mais escura, são um oásis de prazer e encantamento para

todos os visitantes. Deambulam pelas nossas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, do Funchal, de Lisboa, Faro, Braga, Coimbra ou Porto fascinados pelas belezas geográficas, culturais e, sobretudo, encantados pelo sorriso constante das nossas gentes e a afabilidade com que os recebem. Somos o 7.º país mais seguro do Mundo e o 4.º na Europa.

Somos pequenos em dimensão mas muito grandes no orgulho de sermos portugueses. Dentro de portas dizemos mal de tudo e de todos – em particular dos políticos – mas quando estamos fora que ninguém ouse criticar o nosso país ou apontar-lhe defeitos. Por isso superamo-nos no confronto com os estrangeiros para em circunstância alguma ficarmos atrás no trabalho, na competência ou nas realizações sejam elas quais forem. E então quando toca à saudade ninguém como nós portugueses sofre o sonho permanente de regressar à terra mãe ou pelo menos de ter sempre um pouco do nosso país, cidade ou aldeia junto de nós – todos vós sabem disso melhor do que ninguém - mas também tenho um pouco dessa experiência pois vivi cerca de três anos em Itália e o desejo de retornar a Portugal era constante e não esqueço a alegria que sentia quando de férias voava para o berço pátrio.

Mas porquê esta amor tão intenso a um país tão modesto em tamanho, em riquezas materiais ou em importância internacional? Porquê a descoberta fascinada deste pequeno recanto no limite da Europa pelos estrangeiros que nos visitam ou por aqueles que, rendidos ao nosso encanto, já mudaram a residência para Portugal? E tantos são já eles! Uns à procura de melhores condições de vida, outros usufruindo de uma velhice tranquila num clima ameno, outros beneficiando da segurança pública que não conhecem nos seus países, e outros, ainda, porque gostam simplesmente de nós. É, eu creio que é principalmente por esta última razão que quem nos visita e conhece se afeiçoa ao país através das suas gentes, povo melancólico, mas alegre, confiável, amigoso e que está sempre pronto a ajudar quem precisa.

Revolução dos Cravos

Mas este nosso carácter foi abusado durante muitos anos por aqueles que tomaram o poder, há cerca de 100 anos, e não mais o largaram até Abril de 1974, oprimindo e cerceando as liberdades de que qualquer nação deve poder usufruir. Durante quase meio século, até à Revolução dos Cravos, Portugal viveu sob um regime ditatorial de partido único, em que a censura, a repressão e o uso da violência eram instrumentos centrais de atuação do Estado.

Um país orgulhosamente só que travou, durante 13 anos, uma Guerra Colonial onde empenhou nas três frentes de combate cerca de 800 mil militares portugueses. Para além dos danos económicos Portugal teve ainda, durante esta guerra, de chorar os 10500 jovens mortos e lamentar os 117 000 feridos de que resultaram 14 000 deficientes das Forças Armadas. Os dirigentes políticos da altura não tinham vontade de resolver este problema e a guerra arrastava-se interminável com custos económicos e pessoais imensos.

Pior do que isso era, no entanto, a falta de liberdade no país. Não podíamos falar do que queríamos, as leituras eram controladas e as notícias dos jornais, rádio e televisão eram censuradas. Só passavam na rádio e TV as músicas que o poder político deixava. Não eram autorizados partidos políticos e as viagens ao estrangeiro eram vigiadas. Criticar os governantes ou as suas políticas era proibido. Existia uma polícia política feroz e outros organismos para controlar o nosso quotidiano, interrogando e prendendo todos os que não obedecessem às regras e ordens impostas arbitrariamente. Os julgamentos políticos eram uma farsa e, frequentemente, a polícia política obtinha confissões ou informações com o recurso à tortura dos presos.

Junte-se a tudo isto o atraso económico e cultural do nosso país e o povo pobre a sofrer com as profundas desigualdades sociais que limitavam ou quase impediam as possibilidades de mobilidade e ascensão social. Pouco instruída o grau de analfabetismo da nossa população era enorme. A assistência social e a assistência na saúde praticamente não existiam e em muitas regiões do país não havia luz elétrica, saneamento ou água canalizada.

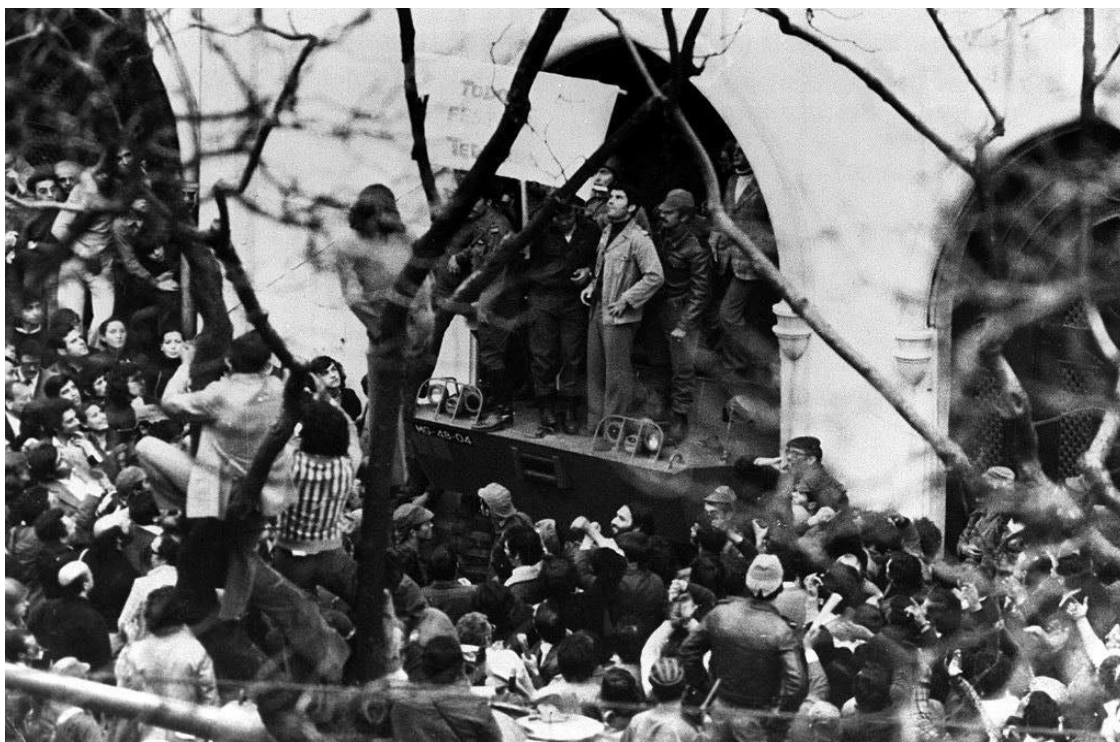
Muitos portugueses viram-se obrigados a partir para outras paragens para fugir à guerra ou para melhorar as suas condições de vida. Partiam tristes, muitas vezes sós, e já com saudades de voltar, mas quem mandava no país não lhes dava outra alternativa.

Vivíamos isolados internacionalmente e criticados pelas nações livres e desenvolvidas por causa do regime político imposto ao país que restringia a nossa liberdade e que ainda nos obrigava a combater numa guerra sem fim à vista.

Quando os militares se começaram a reunir em 1973 a finalidade não era fazer uma revolução e provocar a queda do governo e do regime. O objetivo inicial das reuniões era contestar junto da hierarquia militar e do poder político a publicação de dois diplomas legais altamente lesivos dos interesses dos Oficiais mais jovens. Porque os jovens Oficiais é que iriam ser prejudicados o movimento inicial de contestação juntou maioritariamente oficiais com o posto de capitães, tenentes e alguns majores. Este conflito com a hierarquia prolongou-se no tempo e as reuniões entre nós multiplicaram-se tendo, rapidamente, a contestação evoluído da simples reivindicação ético-profissional para um patamar de consciencialização cívica contra o governo e a política colonial. Assim, aquilo que tinha começado por ser um problema corporativo culminava num único grande desígnio: dar liberdade aos portugueses para decidirem sobre o seu destino e, por isso havia que apelar o regime político instalado.

Movimento de rutura

O 25 de Abril operou um movimento de rutura que provocou mudanças profundíssimas no sistema político e na economia, mas também na cultura e nas mentalidades em toda a sociedade. Conquistou-se a liberdade de expressão e de pensamento, o direito de manifestação, de associação e de reunião, a liberdade sindical e o direito dos trabalhadores a organizarem-se, a liberdade política e de formação de partidos políticos, o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência e, entre muitas outras conquistas, o direito ao voto livre e consequente capacidade de escolher quem nos representa e governa. O país pobre, atrasado e anacrónico deu lugar a um Portugal moderno, que reencontrou as democracias europeias e, com elas, está empenhado em construir o futuro, num espaço onde as fronteiras políticas não impedem a cooperação e a abertura a outras culturas.



O povo ao lado dos militares no dia 25 de Abril de 1974

Não foi por isso estranho que na madrugada e no dia 25 de Abril de 1974 o povo português descesse às ruas em euforia a vitoriar a tropa que acabava de

depor o regime tirano e libertava o país para escolher em democracia o seu destino. E é por isso ainda que a memória dos mais velhos e a percepção dos mais novos sobre o que foi esse passado já longínquo de opressão e horror os leva a mobilizar-se todos os anos para celebrar com entusiasmo e orgulho o seu momento fundador de 1974. Neste dia 25 de Abril de todos os anos de norte a sul do país, multiplicam-se as iniciativas de autarquias, agentes culturais, estabelecimentos de ensino e associações cívicas para lembrar o que foi o passado e afirmar a vontade de nunca a ele retornar. O mesmo acontece longe do Portugal Europeu tal o significado e o impacto que aquela mudança de regime teve em cada um de nós. Em todos os recantos do Mundo onde haja portugueses ou seus descendentes, esta data é lembrada e a vontade e o entusiasmo que vim encontrar hoje em Toronto traduz o propósito destas comunidades manterem viva e presente a história do nosso país lembrando às gerações mais novas o quanto custa ganhar e preservar a liberdade.

Preservar a memória

As comemorações permitem-nos rememorar ciclicamente datas e ocorrências, figuras e conquistas, celebrando a história e o seu contributo para um futuro que desejamos melhorado. Preservar a liberdade e a democracia é um dever e por isso os 50 anos que celebramos da revolução de Abril é um marco histórico, assim como todos os acontecimentos que atingem esta bonita idade de 50 anos. Recordo-vos as celebrações que fazemos das Bodas de Ouro dos matrimónios consolidados, relembando as promessas feitas e cumpridas numa vida inteira de cumplicidade, amor e construção a dois.

Esta analogia com os casamentos não vem a despropósito porque na Revolução de Abril aconteceu também uma união voluntária imediata entre os militares de abril e a população do país que acolheu e vitoriou o

movimento dos capitães nas ruas com entusiasmo e paixão. Tal como num matrimónio houve promessas mútuas. O povo comprometeu-se a usar bem a emancipação conquistada e os militares prometeram a liberdade, a democracia e a independência dos territórios ultramarinos. Asseguraram, ainda, que nunca tomariam o poder para si e que o entregariam aos representantes da nação democraticamente eleitos. Fiéis à palavra dada e ao compromisso assumido os militares retiraram-se para os quartéis, puseram fim à guerra, terminaram com a repressão e deram liberdade às pessoas para escolher o caminho que melhor lhes convinha.

Mas nem sempre foi fácil aos portugueses lidar com a liberdade nos primeiros meses da Revolução. A nossa impreparação democrática, consequência do isolamento cultural e cívico em que vivíamos e a inexperiência política levaram-nos a cometer erros e a confundir frequentemente liberdade com desresponsabilidade.



As intervenções políticas de alguns e as ações idealistas de outros condicionaram muitas vezes, mais do que deviam, o caminho da

democratização em curso e que se supunha - ingenuamente - poder vir a ser trilhado com absoluta normalidade, sem sobressaltos ou conflitos.

De facto, assim não aconteceu em alguns momentos do período de transformação social e política do país. Recordo, no entanto, que a história da humanidade diz-nos que as revoluções e as alterações que lhes sucedem têm sempre custos e a aprendizagem da democracia não é simples nem imediata. Constrói-se ao longo de muitos anos, investindo no ensino e na cultura e, às vezes, só nas gerações posteriores se concretiza essa aprendizagem. Com a nossa revolução assim também vem a acontecer. O trajeto percorrido, e já lá vão 50 anos, modificou radicalmente a vida e os hábitos das pessoas e, embora os sobressaltos que episodicamente ocorrem, vão sendo dados passos significativos no caminho do desenvolvimento económico, social e político do nosso país e que nos permite continuar a aproximação aos padrões de prosperidade e progresso humano de nações com muitos mais anos de experiência democrática do que nós.



As novas gerações continuam Abril

Caros amigos e compatriotas a viver no Canadá

Gostaria de terminar esta intervenção com palavras de grande satisfação e alegria por aquilo que a Revolução dos Cravos trouxe a Portugal e pelo exemplo que deu ao Mundo, mas a instabilidade internacional e as guerras continuadas e muito ativas que ameaçam alastrar até à nossa porta não me dão o conforto suficiente para me regozijar em pleno. Os valores de Abril que então floresceram em várias partes do Mundo estão comprometidos e, do meu ponto de vista, temporariamente, ameaçados.

Mas vamos ter esperança que as próximas gerações, agora com outra vivência internacional e mais instruídas, tragam a vontade de lutar com coragem e determinação pela defesa da paz e da solidariedade e pela manutenção da liberdade como valor essencial à existência do ser humano.

Queridos amigos

Aqui termino a minha intervenção que desejo não tenha sido muito maçadora. Quero expressar mais uma vez o meu agradecimento pelo modo como nos acolheram e dizer-vos que regresso a Portugal com o coração cheio de orgulho pelo calor com que esta comunidade vive e sente o nosso Portugal e acima de tudo pela valorização que fazem desse momento histórico em 25 de Abril de 1974 que abriu as portas à liberdade do nosso querido país. Para todos vós os nossos votos das maiores felicidades pessoais e profissionais e se quiserem regressar, Portugal acolher-vos-á com muito carinho e entusiasmo porque os bem-sucedidos são sempre bem-vindos. Até sempre.”

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**

ABRIL 50 ANOS

O REFERENCIAL

O 28 DE SETEMBRO DE 1974

E A “MAIORIA SILENCIOSA”

A Associação 25 de Abril assinalou o dia 28 de Setembro com um almoço-debate, e de convívio, muito participado, no qual estiveram presentes cinco membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, em exercício nessa data. A moderação foi do professor Bairrão Ruivo que também apresentou o texto que se segue (NR)



No almoço estiveram presentes os cinco membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, em exercício em 1974, respectivamente Nuno Pinto Soares, Carlos Almada Contreiras, Miguel Judas, José Gabriel Pereira Pinto e Vasco Lourenço. Francisco Bairrão Ruivo, ao centro, foi o moderador

FRANCISCO BAIRRÃO RUIVO*

“OS ACONTECIMENTOS DE FINAIS de setembro de 1974, que a historiografia e a memória fixaram como “o 28 de Setembro” ou a “maioria silenciosa”, constituíram-se como a primeira grande tentativa de conter a democratização e a revolução.

Tratou-se da derradeira tentativa – até então a de maior alcance – do Presidente da República, general António de Spínola, de tomar o poder, conjugando uma manifestação de rua em seu apoio com movimentações militares e uma conspiração palaciana visando a demissão do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, a dissolução da Comissão Coordenadora (CC) do Movimento das Forças Armadas (MFA), a declaração de estado de sítio e o reforço dos poderes presidenciais.

Em crescente isolamento, Spínola e os sectores, ideologicamente posicionados à direita, que lhe eram afetos, procuram reagir ao avanço da descolonização e do reconhecimento das independências, à crescente força do MFA e dos partidos de esquerda, à vaga de ações e lutas dos movimentos sociais e àquilo que se constituía como um processo revolucionário.

Vão organizar uma manifestação de apoio ao Presidente da República, de uma alegada “maioria silenciosa”, que legitimasse o reforço dos poderes presidenciais e a declaração de estado de sítio.

Era uma ação de alcance global, com ramificações em Angola e Moçambique, passível de degenerar em violência e até num golpe de Estado. O objetivo era, por um lado, a contenção do processo revolucionário, mediante uma viragem à direita e o recuo das liberdades, e, por outro, ganhar algum controlo sobre a descolonização.

O 28 de Setembro de 1974 - tal como o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975 - é um momento de confrontação pelo poder, de alteração da correlação de forças e viragem profunda no processo revolucionário e de democratização.

Estas três datas cristalizaram-se como os três marcos fundamentais da cronologia do processo revolucionário, cada uma delas abrindo um novo ciclo.

O programa spinolista

Uma “via federal-presidencialista”¹ sob o controlo político-económico da grande burguesia assente em “táticas golpistas” e em “laivos de nacionalismo militar”. Uma “democracia musculada”, um “marcelismo sem Marcelo” ou um “presidencialismo militar”.

Estas são algumas das definições possíveis daquilo que era o projeto político spinolista de limitação de direitos e liberdades, em traços gerais a negação daquilo que movimentos sociais e MFA preconizavam.

Tal como no período marcelista, a questão colonial era central. Preconizando um programa neocolonialista de tipo federalista, Spínola procura fomentar organizações africanas e soluções assentes na autodeterminação e referendos. Porém, o general será impotente para evitar ou retardar a descolonização e, constrangido, assinará a 27 de julho a Lei 7/74 que previa o reconhecimento do direito à independência dos territórios ultramarinos.

Os “assaltos ao poder” de Spínola

Os conflitos entre Spínola e o MFA ganham corpo logo no dia 25 de Abril mas tinham uma história anterior. É possível identificar alguns passos de Spínola no sentido de controlar e ultrapassar os capitães, designadamente a publicação em fevereiro de *Portugal e o Futuro*, a tentativa dos oficiais spinolistas, na reunião de 5 de Março em Cascais, imporem o general como

¹António Reis, “O Partido Socialista na Revolução, no Poder e na Oposição”, in Mário Baptista Coelho (coord.) *Portugal: O Sistema Político-institucional – (1974-1987)*, (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989), p.117.

líder do Movimento e que este avançasse sem programa político ou o golpe de 16 de Março de 1974, entendido como uma antecipação dos spinolistas. Ao contrário do que ficara definido pelo MFA, é Spínola quem assume a Presidência da República e da Junta de Salvação Nacional (JSN) após o golpe militar de 25 de Abril e não Costa Gomes.

Logo no Posto de Comando da Pontinha, na noite de 25 de Abril, Spínola tenta sobrepor-se ao MFA. Procura, sem sucesso, anular o seu Programa, mas consegue impor-lhe importantes alterações (limitações à livre criação de partidos e à libertação de todos os presos políticos e a abolição da referência ao direito dos povos à autodeterminação). Nos dias seguintes, ensaiará a colocação de homens da sua confiança em lugares chave e a marginalização do MFA.

Estava aberto o intenso conflito com a Coordenadora do Movimento pelo controlo do processo político interno e de descolonização.

Ao longo de cinco meses o chefe do Estado tentará de diferentes formas garantir para si o controlo do poder político-militar, reforçar os poderes presidenciais e aniquilar a CC do MFA.

Depois do braço-de-ferro inicial, seguir-se-iam os embates de 8 e 13 de junho na Manutenção Militar e a célebre “crise Palma Carlos”. Spínola, defendendo que a ideia partira do Primeiro-Ministro, tenta alterar a Lei n.º 3/74. Palma Carlos vai então apresentar ao Conselho de Estado as suas propostas de alteração da referida lei, que se traduziam no reforço dos poderes do Primeiro-Ministro e do executivo, na antecipação das eleições para a Presidência da República e na elaboração de uma Constituição provisória, sujeita a referendo, que substituiria o Programa do MFA. Tratava-se de um verdadeiro golpe de Estado constitucional e o Conselho de Estado chumbará todas as propostas, exceto aquela referente ao alargamento dos poderes do Primeiro-Ministro, que beneficiará já não Palma Carlos, mas Vasco Gonçalves.

Em agosto há novamente tentativas de Spínola hegemonizar o poder e sinais de crise, adensada pelo documento Engrácia Antunes/Hugo dos Santos que apontava para extinção da CC e a reposição da hierarquia militar.

Ao mesmo tempo, Spínola vinha proferindo discursos catastróficos da “teoria da terra queimada”, preparando o terreno para o apelo à “maioria silenciosa”.



“No dia 26 o que começa é uma revolução social”²

O programa e estratégia de Spínola esbarram em algo quintessencial da natureza do biénio 1974-1975: a explosão revolucionária marcada por mobilizações coletivas, práticas de democracia direta e pela militância de base. Logo em maio, arranca uma gigantesca onda de greves, com ocupações e paralisações de empresas, assembleias e manifestações diárias em que se reivindicam (e asseguram) direitos e liberdades fundamentais e o fim da Guerra Colonial. A par de lutas como as da Função Pública, CTT, TAP,

² Frase de Vasco Vieira de Almeida, in Francisco Bairrão Ruivo, *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*, (Lisboa, Bertrand Editora, 2015), p.86.

Jornal do Comércio, Sogantal ou Lisnave, nos bairros urbanos, o movimento de moradores auto-organiza-se em comissões e arranca o movimento de ocupações de casas desabitadas. Também nos campos, empresas, escolas e universidades, órgãos locais e centrais do Estado e até nas Forças Armadas, estabelecem-se formas de organização popular e de luta reivindicativa. Era a revolução, factor decisivo para a derrota spinolista.

As direitas levantam a cabeça

Em torno de Spínola, a par de um conjunto fiel de militares, organiza-se um campo político heterogéneo, anticomunista e conservador, de direita e extrema-direita. Agrupa monárquicos, católicos, aristocratas, elementos da elite económica e de uma pretensa alta sociedade. Define-se mais pela oposição ao processo revolucionário, de democratização e de descolonização, do que pela afinidade ideológica ou um consenso em torno de Spínola.

A questão africana é central, nomeadamente a manutenção de algum tipo de ligação entre Portugal e os territórios africanos. Embora defendendo vias integristas ou independências brancas, muitos resignam-se ao federalismo spinolista.

Nesta área, organizam-se vários partidos, alguns deles com ligações ao Presidente da República. Em maio surgem o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), apoiante da manifestação da “maioria silenciosa” e com ligações a grupos colonialistas em África, e o Partido Cristão Social-Democrata (PCSD), que se fundirá com o Partido Democrático Popular Cristão (PDPC). Ainda em maio é apresentado o Movimento Federalista Português (MFP), posteriormente denominado Partido do Progresso (PP), e dias depois o Movimento Popular Português (MPP), todos apoiantes da manifestação. Referência ainda para o Partido da

Democracia Cristã (PDC), o Partido Popular Monárquico (PPM), o Partido Liberal (PL), fundado a 28 de maio e grande coordenador da manifestação. Finalmente, surgem o Partido Social-Democrata Português (PSDP) e o Partido Nacionalista Português (PNP), extinto dias antes do 28 de Setembro. Sob o signo do antimarxismo, esta miríade de partidos será um importante sustentáculo da manifestação e do programa interno e africano de Spínola, tal como a imprensa regional e jornais como o *Bandarra*, *Economia e Finanças*, *Tribuna Popular* ou *Tempo Novo*.

Rumo à manifestação

O *Relatório sobre o 28 de Setembro* situa o arranque de “uma ofensiva orquestrada pela extrema-direita” num encontro de Spínola com delegações do MFP, PTDP, PL e MPP em julho e o início das movimentações tendentes à manifestação no final desse mês.

Spínola dirá que foi informado por Galvão de Melo da preparação de uma manifestação em seu apoio. Porém, Francisco Van Uden afirma que foi Spínola, inspirado em De Gaulle, quem procurou os futuros organizadores da manifestação, informando-os da necessidade de uma manifestação pública de apoio popular para combater a “infiltração comunista no MFA”. O financiamento da manifestação coube a Kaúlza de Arriaga e Fernando Cavaleiro (presidente da comissão organizadora) e foi suportado pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com quem elementos do PL e do PP tinham relações próximas.

A 9 de setembro, elementos do PP, PDC e PL reúnem para preparar a manifestação.

A situação política conhecia momentos delicados.

No dia 7 fora assinado o acordo de Lusaka que provoca o levantamento violento da população branca em Lourenço Marques.

Na cerimónia de reconhecimento da independência da Guiné (10 de setembro) o Presidente da República, entre ataques ao processo de descolonização, apela à “maioria silenciosa”. No dia 12, milhares de operários da Lisnave de fato de trabalho e capacete percorrem as ruas de Lisboa em manifestação. Dois dias depois, Spínola e Mobutu encontram-se para discutir o futuro de Angola.

No dia seguinte, a Associação Livre de Agricultores (ALA) convoca uma manifestação junto ao Palácio de Belém para dia 29 de modo a coincidir com as movimentações da “maioria silenciosa”.

Na madrugada de 19 de setembro são afixados em Lisboa cartazes da manifestação que acabam rasgados por militantes do Partido Comunista Português (PCP) e do Movimento Democrático Português (MDP) e registam-se confrontos com os apoiantes da manifestação.

Refletindo as imbricações da “maioria silenciosa” com a frente africana e as manobras tendentes ao controlo do processo de descolonização, o Presidente da República chama a Lisboa, no dia 20, o governador-geral de Angola, Rosa Coutinho, e assume diretamente a descolonização de Angola (*Diário de Lisboa*, 23 de setembro de 1974).

Resposta às movimentações da direita

O primeiro número do *Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas*, de 9 de setembro, denunciava: “verificam-se (...) graves sintomas de que as forças conservadoras, e sobretudo os meios mais reacionários, como os dos fascistas desalojados do poder pelo 25 de Abril, não se conformam com a nova ordem democrática e começam a levantar a cabeça”, e concluía que o MFA “não pode ficar indiferente perante as manobras e ações contrarrevolucionárias”.

No dia 18 as instalações do PNP no Porto são ocupadas pela PSP, militantes presos e o partido extinto, acusado de pretender derrubar as instituições democráticas.

O PCP alerta para a manifestação de “reacionários e fascistas encapotados”, denuncia o apoio da “alta finança” e apela à vigilância popular e à unidade e ação de todos os partidos. Álvaro Cunhal não tinha dúvidas: “Se a reação aguça os dentes e se prepara para morder, é necessário partir-lhos antes que morda.” (*Diário de Lisboa*, 21 de setembro de 1974).

O MDP fala na “minoría tenebrosa” composta por ex-elementos da PIDE/DGS, ex-legionários, partidos fascistas e grandes capitalistas. O Partido Socialista (PS) denuncia as manobras de “grupos fascistas”.

Após a vaga de greves de maio, a tensão social recrudesce e as lutas intensificavam-se em inúmeros locais de trabalho. Trabalhadores de várias empresas, sindicatos e comissões de trabalhadores organizam-se contra a manifestação e assumem uma posição de vigilância, nomeadamente nas telecomunicações, na Rádio Renascença, nos ferroviários ou na informação.

A hora do confronto aproxima-se

A data da manifestação é fixada a 24 de setembro, num clima de rumores relativamente a manifestações reacionárias e reuniões entre elementos da Legião Portuguesa, Ação Nacional Portuguesa, do PNP e da Igreja.

Na tarde de 26 decorre em Lisboa um Concurso Hípico durante o qual Spínola é entusiasticamente ovacionado e lhe é entregue um cartaz da “maioria silenciosa”. À noite, o Campo Pequeno recebia uma corrida de touros da Liga dos Combatentes que pretendia constituir-se como o lançamento da manifestação e uma grande demonstração de apoio ao Presidente da República. Mais uma vez, Spínola é aplaudido, enquanto Vasco Gonçalves é fortemente vaiado. No exterior há confrontos violentos.



António de Spínola com Vasco Gonçalves no Campo Pequeno

“Horas de extraordinária tensão e emoção” - (*Relatório 28 de Setembro*, p.52)

Na manhã do dia 27, em reunião em Belém do Conselho de Ministros, Spínola tenta, pela primeira vez, a declaração do estado de sítio.

O plano de resposta da CC do MFA é delineado nessa manhã em reunião com Costa Gomes, ministros militares do MFA, comandante-adjunto do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho, e membros da 2.^a Divisão do EMGFA que apresentam uma lista de detenções que, de imediato, começam a realizar. Os contactos com as principais unidades e a contagem de espingardas revelam-se favoráveis à Coordenadora. Segue-se uma reunião da JSN, em que Spínola propõe, sem sucesso, a demissão de Vasco Gonçalves.

Em turbulenta reunião do Conselho de Ministros, ao final da tarde de 27, Spínola volta a insistir na demissão do Primeiro-Ministro. O ocaso desta reunião coincide com o início das prisões decididas pelo COPCON nessa tarde em São Bento e com o início da constituição de barricadas nos acessos

a Lisboa por sindicatos, comissões de trabalhadores e moradores e partidos de esquerda.

Em nova reunião da JSN em Belém, com a presença de Vasco Gonçalves, Costa Gomes e os ministros da Comunicação Social e da Defesa, Sanches Osório e Firmino Miguel, os elementos próximos de Spínola exigem a demissão do Primeiro-Ministro.

Noutra sala do Palácio de Belém, o ministro da Comunicação Social é incumbido pelo Presidente da República de redigir um comunicado, sugerindo a necessidade da declaração de estado de sítio, rejeitado por Vasco Gonçalves e Costa Gomes.

Em novo comunicado às 3h00 da madrugada de 28, redigido pelo Primeiro-Ministro e aprovado por Spínola, o governo apela ao levantamento das barricadas populares, permitindo a normal circulação e a passagem dos participantes na manifestação, que tinha condições para decorrer pacificamente.

“O 25 de Abril sobre rodas”³

Na operação montada pelo COPCON, com o conhecimento de Costa Gomes, na noite de 27 para 28 de setembro, são detidas várias pessoas por envolvimento nas movimentações da “maioria silenciosa”. A resposta do MFA visa ainda a neutralização de partidos de extrema-direita como o PL, PNP e MFP/PP.

O fim do dia 27 e o dealbar de dia 28 são de máxima tensão e de receios que a situação escalasse para algo próximo da guerra civil.

Com Otelo – a quem Spínola retira o comando do COPCON – e Vasco Gonçalves aparentemente detidos em Belém, a Coordenadora do MFA

³ Frase de Vasco Lourenço, in Francisco Balsemão Ruivo, *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*, (Lisboa, Bertrand Editora, 2015), p.266.

reage. Vasco Lourenço contacta os capitães de várias unidades e diz-lhes para, se for necessário, porem o “25 de Abril sobre rodas”, prenderem os comandantes e assumirem o comando das unidades. Quase todas as unidades estavam com a Coordenadora e não com Spínola que, cada vez mais pressionado, permite que Vasco Gonçalves e Otelo abandonem Belém.

A clarificação

À medida que a situação evoluía favoravelmente para o MFA, urgia “explorar o sucesso”.

Em reunião na manhã de 28 em São Bento da Coordenadora com o Primeiro-Ministro e os ministros militares, é apresentada a Spínola uma plataforma de entendimento que exigia a demissão de Diogo Neto, Galvão de Melo e Jaime Silvério Marques da JSN e de Sanches Osório do governo, e o confinamento da atividade de Spínola à esfera de Presidente da República, não interferindo na ação do Governo e do CEMGFA.

O Presidente da República recusa, pede a Freitas do Amaral que redija uma declaração de estado de sítio a apresentar na reunião do Conselho de Estado marcada para essa manhã e volta a insistir na demissão de Vasco Gonçalves. Cerca das 13h00, um comunicado da Presidência da República declara ser inconveniente a realização da manifestação. Minutos depois, em comunicado da 5.^a Divisão, o MFA proíbe a manifestação marcada para as 15h00. À hora prevista para a manifestação, são militantes das esquerdas que se concentram em Belém e não se vislumbra nenhuma “maioria silenciosa”. Ao fim da tarde de 28, nova reunião entre Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Spínola que exige mais uma vez a demissão do Primeiro-Ministro, recusa a plataforma de entendimento e ameaça demitir-se. Tentará ainda novo e infrutífero golpe de mão que passaria por solicitar a intervenção da NATO.

O dia seguinte

Na manhã de 29, JSN e CC do MFA reúnem e debatem a possibilidade de institucionalização do MFA e Spínola tenta mais uma vez declarar o estado de sítio. Voltará a tentá-lo na reunião do Conselho de Estado que se segue.

No início da tarde, é retomada a reunião da JSN com a CC. Esta apresenta então a Spínola as propostas da plataforma de entendimento. Confirma-se a demissão dos três generais da JSN referidos e Spínola e Costa Gomes são encarregados de estudar a institucionalização do MFA.

Ao fim do dia 29, Spínola comunica ao Primeiro-Ministro, na presença de Costa Gomes, a intenção de demitir-se do cargo de Presidente da República. Em reunião do Conselho de Estado na manhã de 30 de setembro, António de Spínola, em dramática intervenção transmitida pela RTP, comunica ao país a renúncia à Presidência da República.



Costa Gomes (esquerda) substituiu António de Spínola na presidência da República

E depois de Setembro

Francisco Costa Gomes é nomeado Presidente da República e forma-se o III Governo Provisório que continua a ser liderado por Vasco Gonçalves, acentuando-se a presença do MFA.

Fernando Rosas fala em “revolução dentro da revolução”⁴. Assiste-se à primeira grande viragem à esquerda no processo revolucionário e ao reforço do MFA que se assume como o principal centro de poder. A direita é derrotada, os partidos de esquerda saem reforçados.

As mobilizações populares haviam-se revelado determinantes na contenção do projeto político conservador de Spínola, na desmontagem da manifestação, erguendo barricadas. No horizonte firmava-se um processo revolucionário de sentido socialista.

Já com a revolução em curso, Spínola promoverá novo assalto ao poder com o golpe de 11 de Março de 1975.

Falhadas as tentativas de setembro de 1974 e março de 1975, a extrema-direita organiza-se a partir do exílio. Spínola fundará o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP) que, a par de outras organizações, promoverá uma onda de ações violentas e terroristas que vão desde a destruição de sedes de partidos de esquerda a alegados atentados e assassinatos. Em abril de 1976 era revelado o envolvimento de Spínola numa bizarra conspiração que previa a invasão armada de Portugal e um golpe a desencadear em maio ou junho⁵.

Spínola regressará definitivamente a Portugal em agosto de 1976.

Nunca responderá perante a Justiça pelos seus actos contra a democratização, pelas responsabilidades diretas nas ações golpistas de setembro de 1974 e

⁴ Fernando Rosas, “A Revolução dentro da Revolução” in *Revista História* (Nova Série), n.º 1, outubro de 1994, p. 4.

⁵ Günter Wallraff, *A Descoberta de uma Conspiração - A Acção Spínola*, (Lisboa, Bertrand, 1976)

março de 1975, nem tão pouco pelas ações terroristas, ao longo de 1975 e 1976, atribuídas à organização de que fora fundador e dirigente máximo.”

*** Historiador e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC - NOVA - FSCH / IN2PAST).**

Doutorado em História Contemporânea com a tese “Spínolismo: viragem política e movimentos sociais” e autor do livro “Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975”.

Tem com área principal de investigação o processo revolucionário de 1974-1975 e a ação dos movimentos sociais e questões relacionadas com as representações e disputas da memória.

Trabalha desde 2019 no Museu do Aljube Resistência e Liberdade.



ABRIL 50 ANOS

O REFERENCIAL

“PORTUGAL CONTINUA A DORMIR”

Opinião do jornalista italiano Sandro Viola sobre os acontecimentos políticos e sociais em Portugal, em março de 1974

RETO MONICO*



SANDRO VIOLA (1931-2012), na foto, foi um dos mais importantes jornalistas italianos. Trabalhou nomeadamente para *La Stampa* de 1968 a 1975 e depois para o quotidiano *Repubblica*⁶ desde a sua fundação em 1976.

⁶ O título deste novo jornal transalpino foi uma homenagem ao homónimo quotidiano português, que esteve nas manchetes da imprensa internacional na primavera e no verão

Sobre Portugal publicou 13 artigos em 1968 depois da queda de Salazar, 12 em 1974 e cerca de 80 no ano seguinte. Esta análise foi enviada de Lisboa a 26 de março de 1974⁷, entre a saída em falso das Caldas da Rainha e a Revolução dos Cravos.

PIDE denunciada

“Podemos dizer que nada mudou nestes seis anos desde que uma hemorragia cerebral pôs um termo ao longo reinado de Salazar”. É assim que começa o artigo do jornalista que denuncia a PIFR, sem meios termos⁸:

Os nomes que ocorrem nas conversas são os de então, os mesmos grandes aproveitadores do regime, os mesmos generais, os mesmos torturadores. A P.I.D.E., uma das polícias políticas mais tristemente famosas no mundo, mudou de sigla: agora chama-se D.G.S., Direção Geral de Segurança. Mas é o “doutor” Silva Pais que continua a dirigi-la e os interrogatórios são sempre feitos/conduzidos pelo vice-diretor Barbieri e pelo “especialista” Santos Costa.

Para Viola, um preso político tem de enfrentar três meses de isolamento, durante os quais tem de suportar a tortura do sono, é obrigado a ficar várias horas em pé e a suportar as violências físicas.

de 1975, devido aos acontecimentos que deram origem ao que ficou conhecido como o <Caso República>.

⁷ «Nulla è cambiato dai tempi di Salazar. Il sonno del Portogallo» [Nada mudou desde os tempos de Salazar. Portugal continua a dormir], *La Stampa*, 27 de março de 1974.

⁸ «A polícia mudou a sigla, mas não os métodos: tortura e censura – As tristes características do País: analfabetismo, mortalidade infantil, emigração, inflação – A guerra nas colónias quebranta o Estado, mas Spínola, que a criticou, é considerado “traidor”».

O articulista menciona a mudança do código penal de 1971, onde se garante ao prisioneiro o direito de ser interrogado em presença do seu advogado. No entanto, isso é puramente teórico, porque “se a presença de um estranho prejudicar o resultado das investigações, o advogado terá de ser substituído por um oficial superior da polícia”. Por outras palavras, este novo artigo não vale nada!

O jornalista do quotidiano turinês enumera a seguir os “recordes” que fazem de Portugal um caso à parte do velho continente: o analfabetismo, a mortalidade infantil, a tuberculose, a forte emigração, o serviço militar de três a quatro anos, um rendimento anual por pessoa de 600 dólares (praticamente a metade em relação ao vizinho espanhol). A única verdadeira novidade, acrescenta ironicamente, é a inflação que anda à volta de 22 %.

No que diz respeito à liberdade de imprensa, Viola, que visitou Portugal em 1958, tem a impressão de que está tudo na mesma: os jornalistas estão à espera que chegue a resposta da censura. Têm então de preencher os “buracos” com fotografias e textos que conservam em reserva, como, por exemplo, com imagens de um concurso de beleza na Austrália.

Na parte final do artigo, a propósito da desastrosa e sangrenta guerra colonial, o enviado especial do jornal de Turim interroga-se sobre o descontentamento dos Capitães e se estes “acabarão por dar um abanão à velha construção salazarista”. Esta é a opinião de muitas pessoas em Lisboa, escreve o jornalista que se refere a vários documentos e cartas de protesto contra o afastamento de Spínola — “o primeiro representante do *establishment* que tinha falado de uma vitória impossível contra os movimentos de libertação africanos” — e que estão a favor de uma solução política.

Nulla è cambiato dai tempi di Salazar

Il sonno del Portogallo

La polizia ha cambiato sigla ma non i metodi: torture e censura - Le tristi caratteristiche del Paese: analfabetismo, mortalità infantile, emigrazione, inflazione - La guerra nelle colonie dissangua lo Stato, ma Spínola, che l'ha criticata, è definito "traditore"

(Dal nostro inviato speciale)
Lisbona, 26 marzo.

Nulla, si può dire, è cambiato in Portogallo in questi sei anni, da quando un'emorragia cerebrale mise fine al lungo regno di Antonio Oliveira Salazar. I nomi che ricorrono nelle conversazioni sono quelli di allora: gli stessi grandi profittatori del regime, gli stessi generali, gli stessi poliziotti torturatori. La Pide, una delle polizie politiche più tristemente famose nel mondo, ha cambiato, è vero, sigla: ora si chiama Dgs, Direzione generale di sicurezza. Ma a dirigerla c'è ancora il « doutor » Silva Bais, e gli interrogatori sono sempre condotti dal vicedirettore Barbieri e dallo « specialista » Santos Costa. Se n'è andato l'ispettore Sacchetti (l'uomo che l'opposizione antifascista ha più temuto lungo un intero quindicennio), ma il suo sostituto, Abibio Pires, non gli è da meno. Infatti, la voce popolare vuole che Pires, come Sacchetti, sia nel fondo un sadico.

Ciò che può accadere a un oppositore è, tutto sommato, identico a quel che poteva ca-



In un quartiere povero di Coimbra, l'antica capitale del regno (foto Paolo Di Paolo)

“Num bairro pobre de Coimbra, a antiga capital do Reino”

Descrente na mudança

Porém, Viola não parece acreditar numa mudança rápida e profunda: “A impressão é a de que Portugal não irá viver, num futuro próximo, uma viragem sensacional”. Está convencido de que os generais à volta do presidente Tomás não irão abrir o jogo e seguir o exemplo francês na Argélia. Além disso, afirma que o país, “cloroformizado por meio século de ditadura”, está apagado:

[...] não seria realista pensar num grande e contínuo protesto popular contra o prosseguimento da guerra. Nota-se que, no fundo, a ideia da perda das colónias provoca em todos os portugueses, mesmos nos da oposição, uma vaga angústia.

A conclusão é muito pouco lisonjeira para Portugal:

Um Portugal reduzido ao único pedaço ibérico seria de facto obrigado a olhar-se ao espelho sem mais desculpas, sem a justificação de estar, contra a sua vontade, no meio da doença da aventura colonial. Naquele dia, naquele momento, o País vacilaria consternado.

Duas observações para concluir, tendo em conta que o jornalista de *La Stampa* visitou Portugal em 1958 e em 1968.

Contrariamente a quanto afirma este artigo — não por acaso ilustrado com uma fotografia de um bairro pobre de Coimbra — Portugal mudou entre 1968 e 1974: o peso do setor primário diminuiu, nos outros dois aumentou; a alfabetização passou de dois terços a três quartos da população; os protestos e as greves foram mais numerosos, mais importantes e mais longos, sem esquecer as crises académicas. Isso explica em grande parte porque a multidão celebrou o MFA no dia 25 de Abril⁹.

Por outro lado, Sandro Viola não podia saber o que se estava a preparar, pois o Movimento dos Capitães conseguiu manter o segredo quanto aos planos do derrube da ditadura. A revolta falhada de 16 de março e os contactos que teve na capital lusa durante a sua estadia na segunda metade do mês de março, no entanto, podiam tê-lo induzido a emitir opiniões menos perentórias e sobretudo menos negativas em relação à maturidade política do povo português, nomeadamente no que diz respeito aos grandes centros urbanos.

*** Professor e historiador, sócio da A25A**

⁹ Ricardo Noronha & Luís Trindade, 1974, Lisboa, Tinta da China; Público, 2019, p. 31

ABRIL 50 ANOS

O REFERENCIAL

OEIRAS E O 25 DE ABRIL DE 1974

Várias têm sido as iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal de Oeiras para assinalar o 50.º aniversário da Revolução dos Cravos



MANUEL BARÃO DA CUNHA*

A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (CMO) tem estado atenta aos acontecimentos históricos ocorridos em 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 e seus desenvolvimentos, nomeadamente através do livro *30 Anos do 25 de Abril, um documento para melhor compreender a nossa história contemporânea*, coordenado por Manuel Barão da Cunha, edição Casa das Letras, 2005, com fotografias de Eduardo Gageiro e Fernando Farinha. O livro reproduz o essencial da jornada de 25 de Março de 2004, realizada no Auditório Municipal Eunice Muñoz e onde intervieram os coronéis Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Alves, Aprígio

Ramalho, general Amadeu Garcia dos Santos, presidente da CMO, entre outros.

A CMO possibilitou, também, catálogos das exposições *Os Militares, as artes e as letras, os 25 Anos do 25 de Novembro*, realizada em 2000, e *Guerra de África e 30 anos do 25 de Abril*, em 2004, ambas na Livraria-Galeria Municipal Verney e coordenadas por Manuel Barão da Cunha. Sobre a primeira exposição foi publicado um livro com o mesmo nome, em edição da Editorial Notícias, 2001, cobrindo os debates das quatro jornadas sobre o 25 de Novembro, realizadas no Auditório Municipal Eunice Muñoz.



Existe uma forte colaboração entre o Colégio Militar e a Associação 25 de Abril

Por outro lado, existe uma relação antiga entre o Município de Oeiras e o Colégio Militar, pois este foi fundado em Oeiras, onde continuam as suas instalações da Feitoria, local que serviu de estaleiro à construção do forte de S. Lourenço da Cabeça Seca/Bugio, para além de “berço” do Colégio.

Em 2003, quando das comemorações dos 200 anos do Colégio, a CMO criou topónimos do Colégio Militar e dos marechais presidentes da República António de Spínola e Francisco da Costa Gomes (ex-alunos do Colégio e

ligados ao 25 de Abril). E recentemente sobre os generais Ramalho Eanes e Tomé Pinto, ligados ao 25 de Novembro.

São várias as personalidades ligadas ao Colégio Militar que desempenharam importantes funções depois do 25 de Abril, como o Eng.º Pedro Lagido, um dos participantes no livro *30 Anos do 25 de Abril*, que foi deputado da Assembleia Constituinte. Mas podemos acrescentar os nomes do Dr. Eduardo Albarrã, Dr. Carlos Chaves Macedo, Dr. João Silva Leitão (infelizmente já falecidos), e dos Eng.ºs Ricardo Baião Horta e Carlos Pardal, um dos atuais componentes do Núcleo da Feitoria da Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar.

No livro *30 Anos do 25 de Abril*, referem-se participações na exposição realizada na Livraria Municipal Verney em 2004 de vários autores de livros e ex-alunos do Colégio, como: marechal António de Spínola, general Pedro Pezarat Correia, coronéis piloto-aviador Amadeu Ferreira, paraquedistas Joaquim Mensurado e Nuno Mira Vaz, Eng.º José Sanches Osório, António Perestrello, Manuel Barão da Cunha, etc.

Por fim, a CMO, o Colégio Militar e a Associação 25 de Abril voltaram a estar associados neste 1.º semestre de 2024, através de tertúlias mensais “Atenção aos Outros”, na Livraria Municipal Verney e no Centro de Apoio Social (CAS) de Oeiras, nomeadamente:

Em janeiro de 2024, com a presença do presidente da CMO, Dr. Isaltino Moraes, vereadora Dr.ª Teresa Bacelar e Dr.ª Maria José Rijo. E noutra sessão, com a vereadora Dr.ª Teresa Bacelar e coronel Manuel Rosa.

Em março, com o diretor do Colégio Militar, coronel Jorge Torres e, noutra sessão, com o presidente do conselho fiscal da AAACM Silvério Marques, coordenador do Núcleo da Feitoria, Eng.º António Damião e o presidente da assembleia geral coronel Cordeiro Araújo.

Em Abril, com o diretor da revista da Associação 25 de Abril, *O Referencial*, coronel Aniceto Afonso, o Eng.º Sérgio Carvalho (filho de coronel Otelo Carvalho) e Dr.ª Teresa Alves (viúva de coronel Vítor Alves); e noutra sessão com os almirantes António Balcão Reis, Henrique Alexandre da Fonseca, Isaías Gomes Teixeira e João Nobre de Carvalho, assim como a viúva e filhos do falecido comandante José Lobato Faria Roncon.

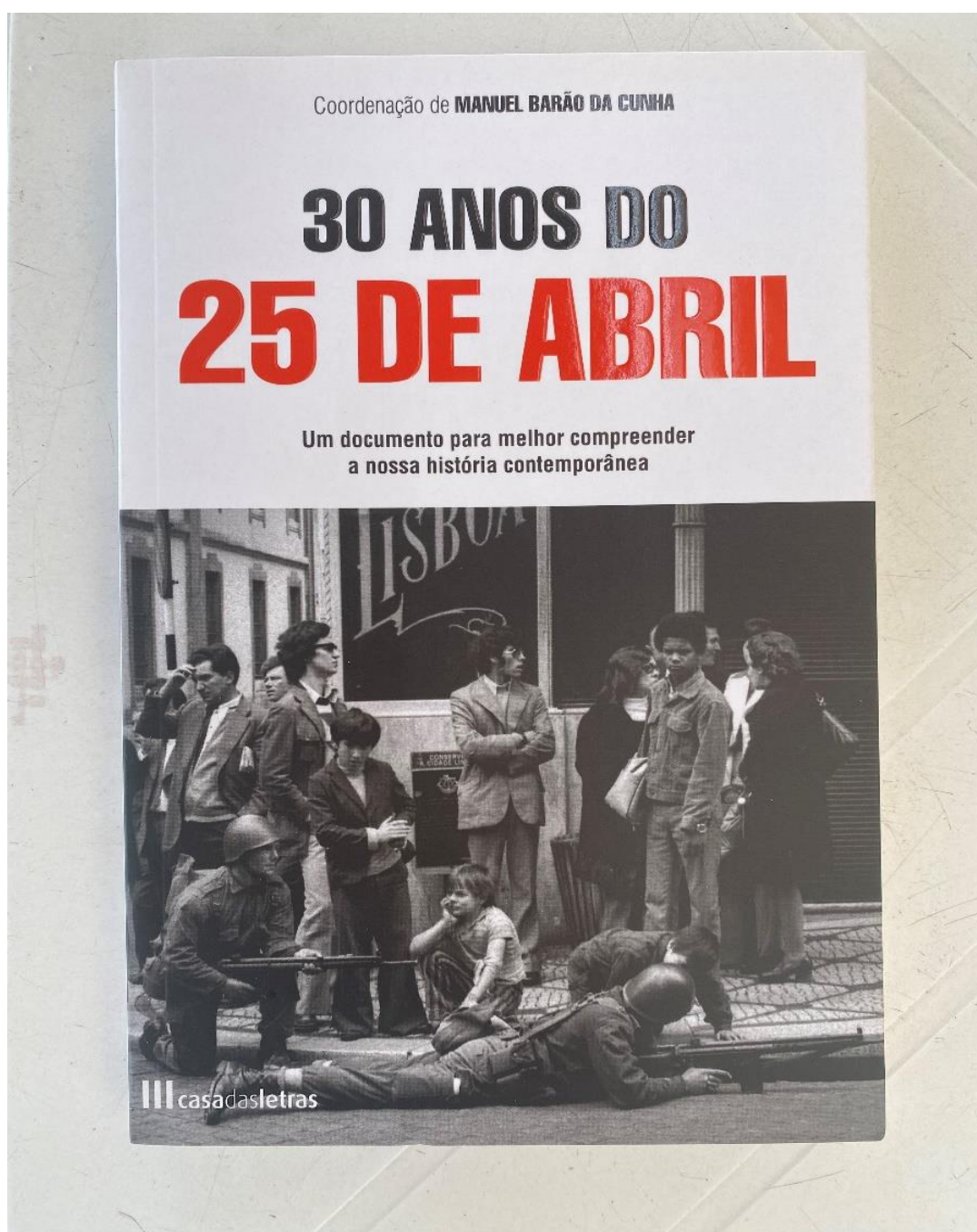


Almirantes Balcão Reis, Manuel Barão da Cunha e Alexandre da Fonseca

Esta reflexão pretende ser um contributo para ajudar a não esquecer o importante acontecimento histórico de há 50 anos, na ótica de quem conviveu de perto com instituições e personalidades intervenientes. Recentemente entrevistado por uma aluna do 12.º ano, residente em Évora, uma das questões que lhe foi colocada foi a da diferença relativamente aos dois grandes acontecimentos históricos de 25 de Abril de 1974 e de 25 de Novembro de 1975, apenas o primeiro merecer um feriado e existirem bastantes mais topónimos do primeiro. Mas, também neste assunto, a Câmara Municipal de Oeiras parece ter feito a diferença, pois penso que um

dos dois únicos topónimos do 25 de Novembro existe no concelho de Oeiras e que tratou em termos semelhantes os dois eventos, designadamente no âmbito de jornadas de reflexão, documentos e exposições.

*** Coronel na reforma, escritor.**



HOMENAGEM

O REFERENCIAL

LUÍS MACEDO: UM CAPITÃO DE ABRIL



Luís Ernesto Albuquerque Ferreira de Macedo, um militar pouco conhecido do público, mas que, de forma discreta, de acordo com a sua forma de estar na vida, foi um elemento essencial para o êxito do 25 de Abril, como o foi para o desenvolvimento do período conspirativo

JOSÉ FERNANDO DÉCOPPET DOS SANTOS COELHO*

ASSOCIANDO-ME ÀS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES que cidadãos democratas levam a cabo para exprimir o seu amor à Liberdade nestes 50 anos nublados do 25 de Abril, pretendo trazer ao conhecimento dos meus concidadãos, em especial, o papel de um dos “Capitães de Abril” que, sem desprimor para nenhum dos seus camaradas de Abril, se destaca não só nas operações desse dia mas também na sua preparação e, muito antes, na construção do pensamento crítico do Movimento das Forças Armadas (MFA) a par de outras figuras consagradas no Universo dos capitães de Abril.

Diria que, no seio de uma Instituição tão fortemente hierarquizada como são as Forças Armadas, a sua juventude e a sua recente promoção a capitão à data de 1974, para além da sua personalidade discreta, contribuíram para o apagamento relativo da sua preponderância no sucesso das operações.

Com este preâmbulo pretendo introduzir o registo do testemunho de vida de um Capitão de Abril que, por infortúnio que devemos ao Covid, não vos posso propor conhecer pessoalmente.

Trata-se do coronel **Luís** Ernesto Albuquerque Ferreira de **Macedo**, um militar pouco conhecido do público, mas que, de forma discreta, de acordo com a sua forma de estar na vida, foi um elemento essencial, direi mesmo fundamental, para o êxito das operações do 25 de Abril, como o foi para o desenvolvimento do período conspirativo.

De perfil completo

O Luís Macedo nasceu em 29 de Setembro de 1947 em Lisboa. Faleceu em 14 de Novembro de 2020 em Maputo, Moçambique.

Filho de militar (tenente-general do Exército), estudou no Colégio Militar onde entrou em 1957 e, naquela Casa, desde cedo se destacou pelas suas qualidades intelectuais e também físicas. Era detentor do que se chamaria, um perfil completo, pois para além dessas qualidades, adicionava atributos humanos, de camaradagem, de voluntariado e de fidelidade aos valores defendidos naquela Escola que o tornavam um paradigma vivo do que é o Colégio Militar.

Assim, foi sem surpresa que, no início do último ano lectivo, em que os alunos finalistas são graduados na escala hierárquica do batalhão de alunos, fosse escolhido para Comandante de Batalhão, académica e militarmente, a

distinção e responsabilidade atribuída pelo mérito de ser o melhor entre os melhores.

Concluído o curso secundário, em 1964, concorreu à Academia Militar para o Curso de Engenharia Militar para o Exército, onde novamente se destacou intelectualmente e, na sequência das actividades físicas trazidas do Colégio Militar, nas competições nacionais era individualmente marcante na equitação e na esgrima e, colectivamente, na classe de saltos acrobáticos da Academia Militar.

Concluído o curso em 1971 e no âmbito do tirocinio curricular, já promovido a tenente de Engenharia, é mobilizado para Angola. Regressou em Setembro de 1973 e, de lá, trouxe a fama de nas colunas militares em que operacionalmente se movimentava, ser sempre voluntário para levantar e neutralizar as minas que o inimigo colocava nas estradas e picadas. É a partir desta altura que se compromete com o Movimento dos Capitães, depois Movimento das Forças Armadas (MFA), e iniciar um percurso em que se iria notabilizar pela sua perseverança, frontalidade, competência e inteligência emocional. Geriu as tarefas conspirativas e responsabilidades que lhe foram sendo atribuídas e que lhe trouxeram mais responsabilidades na Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães para onde foi eleito a partir de 1 de Dezembro de 1973 na clandestina Reunião de Óbidos.

Na conspiração

Promoveu várias reuniões conspirativas para definição e informação dos delegados do MFA em todas as unidades militares do País e, após o chamado “Golpe das Caldas”, em 16 de Março de 1974, assume novas responsabilidades no MFA, devido à detenção e afastamento forçado dos elementos principais do Movimento.

Na sequência dessas prisões é efectuada uma reunião com elementos não detectados pela polícia política do Regime, onde é decidida a passagem do MFA à clandestinidade, com a criação de duas estruturas representativas do amadurecimento intelectual do Movimento: A **Comissão Política** e a **Comissão Militar**.



Como Movimento clandestino, nessa reunião, são eleitos por voto secreto, os coordenadores de cada uma das comissões e escolhido um único “elemento-chave” que conhecerá a identidade dos dois eleitos. Esse

elemento escolhido para coordenar as comissões é o capitão Luís Macedo. Os eleitos são, na Comissão Política, o tenente-coronel Vítor Alves e, na Comissão Militar, o major Otelo Saraiva de Carvalho.

Na organização da comissão militar, Otelo convida Luís Macedo para seu adjunto operacional, que este aceita.

Luis Macedo, na altura colocado no Regimento de Engenharia 1 (**RE1**), na Pontinha, em Lisboa, era o comandante da companhia de instrução e, com a cumplicidade do seu comandante de batalhão, encontra argumentos para justificar ao comandante do regimento um programa operacional de instrução intensivo, que propõe para a sua companhia. Ao mesmo tempo, prepara secretamente, as condições logísticas para acolher no seu Regimento o comando operacional do MFA, quando chegasse o momento da acção.

Em simultâneo, como adjunto de Otelo, Luís Macedo teve com este um importante e decisivo papel no “Estudo de Situação” e elaboração da “Ordem de Operações”, entregue posteriormente para execução às Unidades comprometidas com o Movimento.

No centro das operações

No desenvolvimento destas actividades de preparação, Luís Macedo acaba por se propor um papel activo no planeamento operacional. Pede-me para desenhar um plano, no panorama radiofónico nacional, que levasse à escolha de uma emissora de rádio com cobertura nacional, com boas condições de defesa próxima e controlo da sua emissão (escolhido os Estúdios do Rádio Clube Português), assim como de eliminação das condições de emissão das restantes estações. Incluía a escolha de uma senha e da sua emissão dando a conhecer às unidades revoltosas a ordem de início das operações. Esta última missão, com a emissão da canção “Grândola, Vila Morena” pela Rádio

Renascença, acabou por se converter numa senha de confirmação do início das operações depois de Otelo ter pessoalmente garantido uma primeira emissão (“E Depois do Adeus”) através dos Emissores Associados de Lisboa, com alguma antecipação.

Foi uma missão que cumpri com entusiasmo e sucesso, de que me orgulho, passe a imodéstia. Também, na véspera do dia H, Luís Macedo, no seu Regimento, fez-me entrega das armas e munições para os elementos que iriam ocupar o Rádio Clube Português (Grupo Comando n.º10) e dirigir a sua emissão, ao serviço do MFA.

Na continuação da preparação das condições para hospedar o futuro Posto de Comando do MFA (*PC/MFA*), através do agora general Garcia dos Santos, na altura tenente-coronel, em coordenação com o capitão Luis Macedo, é lançada clandestinamente para o RE1, desde o Colégio Militar, uma linha telefónica que vai ser decisiva para a escuta no Posto de Comando das comunicações das unidades consideradas como fiéis ao governo.

Sobre este episódio o realizador António Pedro de Vasconcelos realizou um documentário “*O Cabo*”, já exibido na RTP1.

Finalmente, na noite de 24 de Abril, o RE1, abrigou o Posto de Comando do MFA, onde o major Otelo Saraiva de Carvalho coordenou as operações militares, com um estado maior constituído pelos tenentes-coronéis Garcia dos Santos e Fisher Lopes Pires, pelos majores Sanches Osório e Hugo dos Santos e pelo comandante Victor Crespo, além da presença ocasional do hospedeiro, Luís Macedo.

Igualmente, já de madrugada, no desenvolvimento das operações no Terreiro do Paço, perante algumas dificuldades iniciais encontradas pelas forças da Escola Prática de Cavalaria, Luís Macedo, considerando estar esgotada a sua missão no RE1, mobilizou um pelotão da sua companhia e, com explosivos

e armas pesadas, reforçou operacionalmente Salgueiro Maia e movimentou a sua equipa para capturar o Ministro da Defesa, sem êxito porém, devido à fuga deste através do edifício contíguo do Ministério da Marinha.

Resolvida a situação operacional no Terreiro do Paço, Salgueiro Maia marcha para o Carmo com metade da sua Unidade, seguindo a outra metade com Luís Macedo, acompanhado pelo major Jaime Neves, para o comando da Legião Portuguesa, na Penha de França, que se rendeu sem resistência.

Concluída a Revolução dos Cravos, Luís Macedo mantém a sua personalidade discreta mas o seu prestígio estava consolidado dentro do MFA e Vasco Gonçalves, nomeado primeiro-ministro, chama-o para o seu gabinete como ajudante-de-campo.

Foi, também, nomeado Conselheiro da Revolução, cargo que exerceu durante alguns meses após o que regressou ao Exército.

Um prestigiado engenheiro

Mais tarde, sentindo que a progressão da sua carreira estava a ser travada por razões alheias ao seu desempenho profissional, pediu a passagem à Reserva e respondeu a um anúncio da empresa franco-americana de engenharia Louis Berger International, para um projecto em Moçambique.

Um ano após a sua admissão, com base em Moçambique, foi nomeado Director-geral da Louis Berger Int. para a África Austral, excepto África do Sul, onde trabalhou por mais de 20 anos, alguns dos quais em plena guerra civil onde sobreviveu a um ataque com rocket à sua viatura e, mais tarde, a um derrame causado pela queda de um cavalo, desporto que praticou toda a vida, graças a uma evacuação pronta para a África do Sul.

Regressado a Portugal em 2016, deslocava-se, espaçadamente, por curtos períodos a Moçambique atendendo a alguns pedidos profissionais que frequentemente lhe faziam. Na sua última deslocação, foi contaminado pelo vírus Covid 19, acabando por não resistir.

O vazio deixado no coração dos Amigos é imenso. Os quatro filhos, que deixou, são dignos representantes do seu carácter e civismo.

Foi agraciado pelo primeiro Presidente da República democraticamente eleito, general Ramalho Eanes, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Os agitados tempos políticos do seu tempo e a sua postura discreta, não permitiram que em vida a sociedade portuguesa conhecesse a dimensão da dívida de gratidão que a Democracia e a Liberdade devem ao seu Serviço.

Pode ser que a História venha corrigir essa lacuna.

Lisboa, 16 de Março de 2024

*** Capitão de Abril, sócio da A25A**



HOMENAGEM

O REFERENCIAL

O MEU VIZINHO DO 3.º ANDAR ESQUERDO EM JEITO DE HOMENAGEM A FRANCO CHARAIS



Quando o nosso associado Franco Charais faleceu (2 de julho de 2024), pedimos ao também nosso sócio João Menino Vargas um texto sobre o primeiro, por sabermos das suas relações próximas, em especial no episódio da libertação dos presos de Caxias, a seguir ao 25 de Abril. Apesar das suas dificuldades, Menino Vargas escreveu, mas acabou por falecer antes que

pudesse ser publicado. Ao fazê-lo agora, *O Referencial* e a A25A prestam aos dois mais esta justa homenagem (NR)

JOÃO MENINO VARGAS*

DEPOIS DE AFASTADO da mãe pátria durante seis anos, entrecortados por apenas dois meses de uma curta passagem pela metrópole - como antes se dizia -, entre duas comissões de serviço nas então colónias de Timor e de Moçambique, sentia-me um ex-desterrado sem a alegria do regresso e sem esperança num futuro profissional digno.

Éramos então um país sob ditadura e em armas para manter um império colonial por decisões de Salazar e Marcelo Caetano, navegando à vista, indiferentes aos ventos da história e ao temor e desespero das populações.

Insurgir, comentar ou contestar eram suficientes para sofrer as agruras da perseguição política ou a prisão, como sucedeu a amigos e familiares. No meu caso, casado e com três filhos, e sem outro amparo para além do vencimento, estava numa situação que não me permitia veleidades.

Mesmo o vencimento de cada mês não dava para arrendar casa e mal chegava para as despesas do dia a dia. Tive então de me sujeitar a aceitar um minúsculo e modesto apartamento, do Cofre de Previdência, num quarto andar sem elevador, pequeno para a família, mas foi o que se arranjou.

Os inquilinos, todos militares, saíam pela manhã, raramente se cruzavam e mal se conheciam. E nada de conversas. Parto para uma terceira comissão na Guiné, de que regresso em 1973, convicto que se tratava de uma guerra perdida, e que essa derrota, além de todas as consequências imprevisíveis, teria um preço muito elevado em mortos e prisioneiros.

Sucedeu, entretanto, que no meu minúsculo quarto andar houve uma infiltração que afetou seriamente a casa de banho do andar de baixo, do terceiro esquerdo. Foi então que, quando atendi quem batia à minha porta, me deparei com um vizinho com ar amistoso, de que me recordava vagamente dos tempos da Academia Militar. Depois dos cumprimentos e de um rápido exame, pelo qual ficou claro qual era o problema, indicou como deveríamos proceder. Após um contacto pessoal, fomos recebidos – com frieza – pelo Diretor do Cofre de Previdência das Forças Armadas. O diálogo mantido e a observação da sua postura foram suficientes para compreender quanto o então major Charais, o meu vizinho, viria a ser decisivo em momentos chave do 25 de Abril.

Os poucos encontros que se seguiram entre nós confirmaram as primeiras impressões, mas quanto a quaisquer indícios que pudessem ser interpretados como premissas de tendências políticas era sempre com imenso cuidado. Ambos sabíamos que as paredes tinham ouvidos e a margem de risco era praticamente nula em ambos os casos: ele estava a frequentar o curso de Estado Maior e eu o de chefe dos serviços de segurança do Ministério da Defesa Nacional. Mas rapidamente percebemos que estávamos em sintonia.

“Movimento”

O Charais fazia parte do grupo de oficiais encarregado pelo movimento dos capitães para elaboração do programa do Movimento das Forças Armadas (“Movimento”). O dia e hora para o lançamento das operações eram apenas do conhecimento do grupo operacional sob o comando de Otelo, pelo que, até para o Charais foi uma surpresa. Nas vésperas do 25 de Abril, o Charais anuncia-me que o movimento vai sair em breve e diz-me que o substituirei caso tudo falhe, indicando-me onde estava toda a documentação. Felizmente não foi preciso ir buscar os documentos escondidos.

Na noite de 25 de Abril, na Pontinha, o Charais foi confrontado com a informação de que o general Spínola se preparava para fazer uma comunicação política à televisão. Para impedir a sua ida enquanto não houvesse um compromisso firme de que os seus apoiantes aceitavam sem restrições o Programa do Movimento, o Charais ameaça distribuir o Programa aos jornalistas presentes. Reúnem-se então vários militares, incluindo os generais Spínola e Costa Gomes, a ler e a discutir palavra por palavra o Programa. Perto da meia-noite interrompem, porque o país inteiro aguarda a comunicação da Junta. Retomam depois a discussão, que só é concluída às 8h00 da manhã, altura em que Vítor Alves lê o Programa aos jornalistas ali presentes.

Pouco depois, aquando da libertação dos presos políticos de Caxias, a intervenção do Charais foi mais uma vez essencial. O general Spínola, abusando dos seus poderes, resolveu que apenas seriam libertados os presos políticos e todos os outros, acusados de crimes de delito comum, continuariam na prisão até posterior julgamento. A maioria dos presos era simultaneamente acusado de crimes políticos e crimes de delito comum, tais como resistência à autoridade que lhe dava ordem de prisão, falsificação de documentos ou participação em reuniões clandestinas. A situação era explosiva, pois muito poucos seriam libertados e a manobra servia para manter na prisão todos aqueles que constituíssem uma ameaça ao regime.

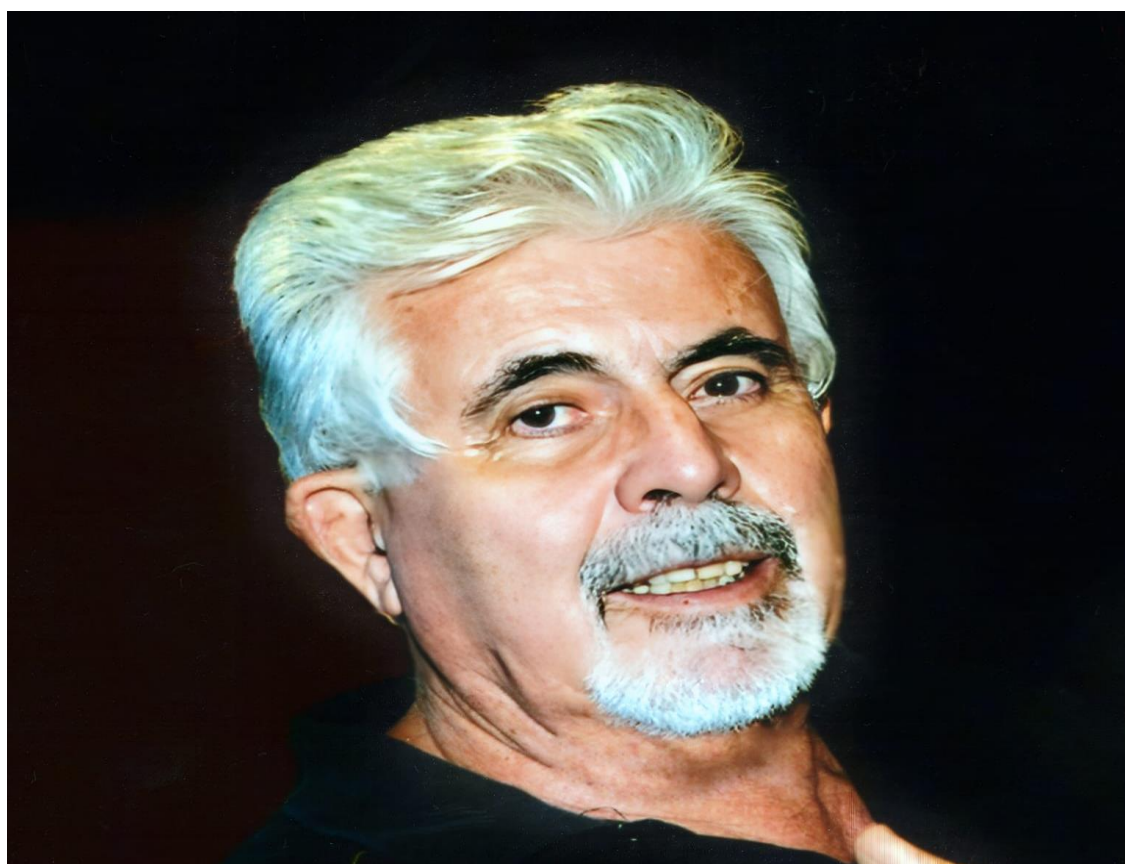


Intervenção do Charais foi essencial para a libertação dos presos políticos de Caxias

Foi então que o pragmatismo e a intransigência de Charais foram decisivos. Ao ser confrontado com a ameaça dos presos de que ou saíam todos ou não saía ninguém, com as consequências que tal traria para o Movimento, pondo em causa todos os princípios programados, transformando o que era uma revolução num golpe de estado, determinou a libertação de todos os presos.

Tive durante o período em que convivemos mais proximamente, o privilégio de apreciar o seu grande patriotismo: ele amava profundamente o seu país e vivia sensível e solidário com os grandes sacrifícios que a ditadura impunha ao povo. Era um militar pronto a seguir em frente rumo à liberdade e a uma vida melhor.

Alguns anos depois deixámos de ser vizinhos, (embora tivéssemos mantido contacto) mas, por ocasião do seu falecimento no passado mês de julho, rendo-lhe aqui, de novo, a minha homenagem.



João Menino Vargas, Capitão de Abril e sócio da A25A, faleceu a 9 de outubro de 2024

HOMENAGEM

O REFERENCIAL

MÁRIO SOARES HOMENAGEADO
NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



COM UMA SESSÃO SOLENE, no dia 6 de Dezembro de 2024, a Assembleia da República homenageou o antigo primeiro-ministro e Presidente da República, Mário Soares, por ocasião do centenário do seu nascimento.

Mário Soares (1924-2017) foi um democrata que combateu o regime de Salazar, que foi perseguido, preso e deportado, que se exilou voluntariamente em Paris e que, em 1973, foi o fundador do Partido Socialista. Regressado a Portugal, depois do 25 de Abril de 1974, integrou os primeiros governos provisórios, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e assumiu as funções de primeiro-ministro no I Governo Constitucional (1976-78), no II Governo Constitucional (1978) e no IX Governo Constitucional (1983-1985). Entre 1986 e 1996 cumpriu dois mandatos como Presidente da República.

A maioria das intervenções feitas por representantes dos grupos parlamentares destacou a figura carismática de Mário Soares, a sua luta pela Liberdade e pela Democracia, a paixão pela política, a coerência e coragem, a capacidade de mobilização nas ruas e o seu desígnio de levar Portugal à Europa. “Mário Soares esteve e marcou tudo o que foi decisivo em Portugal”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa no seu discurso, acrescentado que “entre os anos 40 do século XX e a viragem do século, Mário Soares esteve e marcou tudo ou quase tudo o que foi decisivo em Portugal”.

O Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, convidou os órgãos sociais da Associação 25 de Abril para assistirem à cerimónia de homenagem a Mário Soares, que é Sócio de Honra da Associação 25 de Abril (A25A).

A instituição fez-se representar na sessão solene evocativa pelo presidente da Assembleia Geral e por três membros da Direcção.



Associação 25 de Abril